



VERDE

Suplemento

Cultural



Em gesto que desvanece, a juventude de Cabo Verde que completou ou prossegue os seus estudos na metrópole quis comemorar a entrada do Boletim no X ano de publicação, reunindo uma série de trabalhos para o suplemento cultural que hoje trazemos a lume.

Trata-se de uma atitude que deixa antever apoto decisivo à actividade que o Cabo Verde vem desenvolvendo e convence que se operou nele a evolução que o tempo e as circunstâncias permitiram.

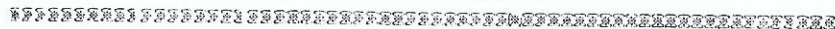
Sabido que em literatura, em arte, em política os novos nem sempre estão com os velhos, não podemos deixar de registar a adesão e de manifestar publicamente o nosso regozijo por sentir à nossa volta essa generosa moidade que espontânea e desinteressadamente vem trazer o seu contributo à obra que encetamos há já longos anos, tantas e tantas vezes vencendo a apatia, a descrença e até a má vontade de um meio hostil onde o não-vale-a-pena impera e precisa de ser derrotado.

Dai esta meia dúzia de linhas, à maneira de antelóquio, para salientar o facto e sobretudo para agradecer a compreensão dos que nos trouxeram a sua colaboração e scuberam criar um clima propício a novos empreendimentos para a divulgação da vida intelectual do Arquipélago.

BENTO LEVY

Director Dr. BENTO LEVY

ASSINATURA PARA 12 NUMEROS: METRÓPOLE E ULTRAMAR 50\$00 ESTRANGEIRO 60\$00

Suplemento Cultural n.º 1

Nota de abertura

PUBLICAMOS hoje o 1.º Suplemento Cultural do Boletim *Cabo Verde*, assim realizando um empreendimento que há muito figurava nos nossos planos e que só circunstâncias de todo em todo alheias à nossa vontade retardaram e condicionaram.

É com a mais decidida energia e a maior satisfação que ficamos mais este profundo marco no solo querido desta nossa Mamã-Terra, convencidos — como estamos — de que a iniciativa se justifica inteiramente e dela podem resultar grandes benefícios para o real Progresso do Arquipélago.

A execução de mais esta tarefa — todos o compreenderão — envolve pesados encargos, comporta redobrados trabalhos, acarreta maiores responsabilidades para quem já tinha a sua carga, mas que não pensa em alijá-la.

Para nós, não contam as fragosidades do caminho, como de igual modo não nos desencorajam as dificuldades a superar, nem intimidam as lutas a travar, para Vencer e Convencer, tão firme e sincero é o propósito de *SERVI*r a nossa Terra.

Por outras palavras: suportando umas e não fugindo a outras, sabemos que cumprimos indeclinável obrigação, o nosso Dever, bastando-nos a consciência de nos sentirmos úteis a Cabo Verde para nos considerarmos amplamente recompensados.

Nós, os caboverdianos, temos uma personalidade regional fortemente vincada (a nossa originalidade), que se define, além do mais, por vários e vigorosos elementos de ordem cultural e sociológica, em íntima correlação com os *stocks* populacionais que nestas nossas dez Ilhas se casaram em pacífica, secular e harmoniosa combinação e com o condicionalismo a que, com o decorrer dos tempos, foram sujeitos.

Temos uma estrutura social própria, identificável, embora semelhante a outras, de comunidades de próximos parentes nossos, erigidas sobre análogos substratos.

Temos, em suma, a nossa individualidade.

Em nossas mãos — e só nelas — está, pois, não deixar que nos desfigurem, impedir que nos descaracterizem.

No nosso largo e sincero humanitarismo, abraçamos fraternalmente todos os Homens que não sejam lobos do Homem. Bem se compreenderá, porém, que o abraço seja mais forte e mais demorado quando dado ao humilíssimo caboverdiano, nosso Irmão...

Por isso se explica que as tarefas mais urgentes que o nosso grupo se propõe realizar girem, em primeiro lugar, à volta de Cabo Verde e do homem caboverdiano.

Não podemos olvidar que todo o indivíduo é um ser localizado num determinado espaço. Daí que, para plenamente se realizar com autenticidade, com originalidade, tenha, antes do mais, que integrar-se nas coordenadas que balizam e definem o respectivo espaço.

Como as expressões mais originais e, portanto, mais sinceras, persistentes e sólidas da cultura caboverdiana se encontram nas camadas populares, em torno dessas expressões e dos elementos que lhes dão vida e forma se concentrará a nossa especial atenção, sobre umas e outros incidindo os nossos maiores esforços e uma constante preocupação de indagar, conhecer, interpretar e estudar. Não como meros e apressados turistas, não como observadores estranhos, mas como partícipes efectivos na sua criação (1).

Não nos arvoraremos em meros porta-vozes do povo caboverdiano. Com título adequado, somos vozes de Cabo Verde, sem ter que pedir licença ou receber mandato seja de quem for para usá-las.

Cabo Verde, para nós, é uma realidade muito viva; queremos, por isso mesmo, exprimi-la com fidelidade, na Poesia, na Ficção, no Ensaio, do mesmo passo que diligenciaremos contribuir para o seu progresso cultural.

(1) Cf. G. Mariano: «Apointamentos», inéditos.

Devotar-nos-emos ao estudo de todas as expressões da vida caboverdiana, inventariando o que no Arquipélago existe de válido e positivo, tentando descobrir, a partir de factos concretos, as verdadeiras linhas estruturais da sociedade caboverdiana e revelando-as em seguida.

Preencheremos, assim, boa parte do nosso programa com uma intensiva investigação sistemática de tais matérias, procurando desbravar caminhos, balizar seguras vias de penetração, inaugurar entre nós métodos de estudo e de trabalho que se nos afiguram operantes, possíveis de ser praticados com êxito e com mérito, enfim, realizar obra séria, segundo processos actualizados. O que equivale a dizer que diligenciaremos autenticar os nossos trabalhos com rigor científico que não exclui, antes pressupõe, humildade e amor consciente.

Uma tal orientação parece-nos indispensável para que seja possível progredir, larga e profundamente, no estudo esclarecido de todas as expressões da vida caboverdiana.

Em tal domínio — e sem ofensa — tem-nos faltado doutrina e escola, como tais não se podendo qualificar os esforços, isolados e pessoais, de meia dúzia de estudiosos. (1)

Parece incontroverso que, no nosso País, não obstante a inegável prioridade portuguesa de muitas observações no campo das Ciências Naturais (2), da Geografia e da Etnografia (3) não pode, com inteira precisão de linguagem, falar-

(1) Cf. Baltasar Lopes: *Cabo Verde visto por Gilberto Freyre*, pg. 5, Praia — 1956.

— O exemplo de Baltasar Lopes da Silva, estudando em rigorosas bases científicas e sistematicamente *O Dialecto crioulo de Cabo Verde* é quasi único e, ao mesmo tempo, altaneiro marco inaugural orientador dos rumos mais convenientes da investigação dos fenómenos político-sociais que sobremodo nos interessam.

(2) — Cf., entre outros autores, os estudos de Carlos França: *Os Portugueses da Renascença, a medicina Tropical e a Parasitologia*, in *Trabalhos do Congresso Luso-Espanhol para o Progresso das Ciências*, Coimbra — 1925; *Os portugueses do século XVI e a Fauna Brasileira*, in *Memórias e estudos do Museu Zoológico da Universidade de Coimbra*, 1.ª série, n.º 9, pgs 1 a 27, 1926; *Os portugueses do século XVI e a História natural do Brasil*, separata do vol. XV da «Revista de História», Lisboa 1926, Mendes Correia: *Influência da expansão ultramarina no progresso científico*, in *História da expansão Portuguesa no mundo*, vol. III, pgs. 467 a 476, 1940; A. A. Machado e Costa: *A Mine-ralogia Quinhentista*, 1941.

(3) — Cf. Gabriel Soares de Sousa: *Notícia do Brasil*, Lisboa 1825; Carlos França: *Etnografia Brasileira, segundo os escritores portugueses do século XVI*, in «Revista de História», vol. V, 1926; P. Marquier: *L'Ethnographie*, in *Encyclopedie de la Pleiade, Histoire de la Science*, pgs. 1433 a 1547, 1937; Lord Haley: *An African Survey*, pg. 108, Londres 1957; Mendes Correia: *Os descobrimentos e a etnologia*, in *Da Raça e do Espírito*, pgs. 248 a 279, 1940 e *Os portugueses Quinhentistas e a sistemática etnológica do Brasil*, in *German e Cultura*, pgs. 71 a 81, 1944; Jaime Cortesão: *Teoria Geral dos descobrimentos portugueses*, pg. 49 a 51, Lisboa 1940; e a *Carta de Pero Vaz de Caminha*, pg. 20, S. Paulo 1943.

-se de uma *Escola Portuguesa* de investigação científica (1) no mundo tropical, por nos faltar uma forte tradição da investigação sistemática «que se apoiasse em continuidade e escola» (2).

Na verdade, pelo menos antes do final do século XIX, a investigação científica ultramarina não tem, em Portugal, nítido caracter sistemático e permanente.

A sua planificação, embora tentada ainda no século XIX, com a criação, em 1883, da Comissão de Cartografia do Ministério da Marinha e do Ultramar, só encontra concretização definida com a instituição da Junta das Missões Geográficas e de Investigação Coloniais (hoje J. I. do U.) e seus centros especializados e de outros organismos afins dependentes do Ministério do Ultramar (ou em íntima colaboração com ele) como, no 1.º caso, o Instituto de Medicina Tropical, o Centro de Estudos da Guiné Portuguesa, os Institutos de Investigação Científica e os de Investigação Médica de Angola e Moçambique e, no 2.º caso, o Museu do Dundo e a Sociedade de Estudos de Moçambique (3).

A par do estudo das expressões específicas da cultura caboverdiana, ou seja, das manifestações ou valores representativos dessa cultura (que, repetimos, será informado por uma serena objectividade científica), inauguraremos na Imprensa Caboverdiana outros trabalhos, com radicado humanismo universalista, de acordo com planos metodológicos que nos parecem convenientes, com o que nos esforçaremos por fornecer exemplo salutar aos que quiserem juntar-se-nos nesta nova-largada.

Com a publicação deste Suplemento, de que agora aparece o 1.º número, também queremos acender, com o maior alvoroço, um farol nos mares das nossas Ilhas, dando sinal à navegação de que estamos vivos e atentos.

(1) — No sentido de «escola científica com raízes nacionais».

(2) — Cf. Orlando Ribeiro: *Problemas da investigação científica Colonial*, pgs. 1 a 23, Lisboa 1949-50. contra: Marcello Caetano, Alexandre Lobato e Mendes Correa: *Colóquio n.º 5 da Junta das Investigações Coloniais*.

— O Dr. João Tendeiro esquece, de certo modo, o sentido em que ali se fala de «escola científica com raízes nacionais», ao escrever, como que torcendo a *Vexata quæstio*, que a sua ausência, em nada prejudica a referida prioridade, tanto mais que, acrescenta, aquele conceito é hoje, uma noção «largamente ultrapassada, aliás, pela extrema internacionalização da Ciência» (*A investigação científica no Ultramar Português*, pag. 17, Lisboa, 1953).

Sem desistir de voltar um dia ao assunto, por ora limitamo-nos a frisar que se impõe, na presente conjuntura mundial mais do que nunca, que a investigação seja levada a cabo de acordo com uma orientação objectiva, ou seja, levada a cabo em harmonia com o verdadeiro espírito crítico, ou, o que é o mesmo: inspirada por processos científicos de trabalho, em obediência a uma sistematização ordenada.

(3) — Cf. Mendes Correa: *La Recherche Scientifique Dans l'Outremer*, 1950.

Depende sobretudo da adesão, da simpatia e compreensão dos nossos conterrâneos o futuro da obra agora iniciada com tais e tão fundamentados propósitos e esperanças. a sua solidez, continuidade e engrandecimento.

Esperamos que não faltarão e, lealmente, a todos estendemos a mão limpa, em sincero e afectuoso cumprimento.

CARLOS ALBERTO MONTEIRO LEITE

PROCURA

Irei à toa
Irei de porta em porta
A saber Dela.

Irei pelos caminhos
Pisando espinhos
Irei à chuva
Ao frio
Ao vento
Irei sobre a neve
Que importa?

Hei-de escalar os pincaros de todas as serras
Farei a guerra
E devastarei tudo
Revoltearei terra e céu
O vento e o mar
Descerei ao fundo de todos os abismos
E rasgarei o Silêncio.

Irei e tenho de A encontrar!...

COLHEITA

Mistério? Não rapazes
Nada de mistérios!
É tempo de aniquilar os enigmas
Todos os enigmas
E estrangular os soluços na garganta.
O Mundo move-se, Amigos,
A noite virou madrugada
A vida é mais do que um cântico
A vida é uma certeza.

É por isso rapazes
Que me apetece pegar numa enxada
Atirar para os ombros as pás e as picaretas
Todas as picaretas do mundo
E ir assim por esses campos fora.

Vamos, Amigos. Basta!
Tirem as mãos dos bolsos
E deixem esse ar de interrogar as núvens.
É tempo de começar
E eu preciso da vossa ajuda.
Camaradas! Venham comigo!
Tragam também as foices e o arado
E vamos.

Olhai!

É tudo Nosso!...

A terra
Uma seara imensa...
O trigo a perder-se no longe
Amadurece.
Não o deixemos apodrecer.
É preciso ceifá-lo, Irmãos!...

a uma qualquer

Não foi por amor ao dinheiro
Nem foi por jóias
Nem sequer por um vestido de seda.

Nem foi também para teres casa
Móveis decentes melhor vida.
Não, não foi por nada disto.

Tu, só tu sabes por que sorriste
E teu coração bateu um pouco mais forte
Quando o barco americano entrou no porto...

Y O L A N D A M O R A Z Z O



A MISTIÇAGEM: seu papel na formação da sociedade c a b o v e r d i a n a

1

DESDE muito cedo as populações transplantadas para o Arquipélago ficaram entregues a si próprias. Resolvendo por si problemas de vária ordem: de comércio, de cultivo da terra, de defesa contra a pirataria, de fixação e de criação de núcleos populacionais no interior das ilhas.

Com exclusão da ilha de Santiago, as outras foram quási todas povoadas por elementos negros e mulatos.

De modo que quem lançou os alicerces da sociedade crioula foi o homem crioulo, o próprio caboverdiano: o negro, o mulato e o branco já aculturados. Quanto ao português da Metrópole, o português reinol *sem contaminações tropicais* ido para o Arquipélago depois do surto colonizador inicial, só havia um caminho: adaptar-se aos estilos novos que começavam madrugando em Cabo Verde. Quer dizer: eu penso que o entendimento ou o acasalamento de povos e culturas transportados para Cabo Verde possibilitou o aparecimento, desde muito cedo, daquele misterioso sentido de uma personalidade colectiva sem o qual nenhum povo poderá resistir e sobreviver a impactos exteriores.

Tão audacioso quanto se possa ser em estudos de história social, creio poder afirmar que a evolução da sociedade caboverdiana, de um aglomerado heterogéneo e variegado para o tipo da sociedade unitária e homogénea que ela é hoje, se deve a um contínuo alargamento da área ou do campo de propagação do mestiço. Área que se tem enriquecido e que se vem enriquecendo tanto em extensão como em profundidade; produzindo valores humanos, sociais e éticos que desmentem tudo quanto de negativo se tem escrito acerca das possibilidades do mestiço.

São conhecidos os aspectos resultantes da aculturação: reacção, adaptação, criação.

Em Cabo Verde, depois de uma fase em que os povos em contacto teriam confusamente procurado um motivo de entendimento seguir-se-ia uma outra de harmonização íntima de culturas, propícia ao aparecimento de uma nova sociedade. Para esta sociedade crioula passaram as terras, o comércio e a agricultura; ela apossou-se também do funcionalismo público. De modo que é exacta a afirmação que se refere «à transferência de poderes do branco da Metrópole» para o caboverdiano. Transferência de poderes a que podemos atribuir igualmente um sentido sociológico cultural, pelo que ela traduz ou sugere da vitalidade dos valores regionais caboverdianos no seu contacto permanente com a cultura portuguesa. Já uma vez afirmei que desse corpo-a-corpo entre a cultura caboverdiana e a cultura portuguesa resulta muitas vezes uma absorção de estilos portugueses, quando não se dá uma substituição do português por aquilo que já é nitidamente e dinamicamente crioulo. É o caso dos hipocorísticos caboverdianos, de nomes de casa que quasi sempre acabam substituindo o nome próprio europeu. Aliás e ao que parece, desde muito cedo as forças culturais caboverdianas actuaram sobre o português da Metrópole levando-o a integrar-se nos nossos estilos. No plano da convivência linguística, diz Baltasar Lopes da Silva nessa obra fundamental para a dignificação científica da regionalidade caboverdiana que é o livro «O Dialecto Crioulo de Cabo Verde»: «Aqui, nas ilhas a uma magra super-estrutura social de donatários, capitães môres, morgados, cônegos do cabido e licenciados que criaram na Cidade-Velha um fausto de que ficou eco num poema espanhol do século XVI correspondia, a contrapôr-se a este estilo reinol, uma população a pouco e pouco formada em ilhas de fracos recursos agrários, entregue a si própria, misérgenada e à qual as vicissitudes da luta pela sobrevivência dentro da área insular restrita e isolada deram uma personalidade de diferenciação regional que impôs o seu tipo crioulo de linguagem às expressões de influência reinol representadas por elementos minoritários. Assim, ao que me parece, o comando, no que interessa à vida histórica da linguagem das ilhas, fugiu das mãos que inicialmente se teriam esforçado por a dirigir no sentido europeu. Estando o reinol em nítida minoria, foi o homem crioulo que teve a última palavra; e o reinol não teve outro remédio senão aculturar-se idiomáticamente».

Retenhamos este ponto: ainda estávamos na ante-manhã da nossa formação social e já se impunha a elementos idos da Europa um núcleo humano coeso e resistente. E o que dava coesão a esse núcleo era um instrumento linguístico próprio: a fala crioula, a qual, nascendo em bocas de negros e de mulatos, acabaria por se alastrar a todos os naturais do Arquipélago, impondo-se como o factor mais eloquente e mais decisivo da nossa especialização cultural. Impondo-se de tal forma e revelando-se tão plástico que o crioulo viria a ser não só o

veículo de todo o nosso folclore poético e novelístico como ainda um plástico instrumento da criação literária culta. Estou a lembrar-me desse grande poeta de expressão crioula que foi Eugénio Tavares. Mas além deste, outros se podem indicar: Pedro Cardoso, Alfama, Mário Macedo, Sérgio Frusoni e esse novo que é Jorge Pedro Barbosa. Só estes, para não me referir aos inúmeros compositores de letras de mornas como B. Lesa, Lela de Maninha, Júlio Feijóo, Jorge Monteiro, Valdemar Correia, Nhonhozinho, etc., etc. — Tudo, gente que encontrou no crioulo um adequado veículo de criação artística. Veículo de raízes nitidamente mestiças. As causas que teriam propiciado o aparecimento em Cabo Verde de um povo culturalmente individualizado permanecem ainda na penumbra. São pouquíssimos os estudos históricos em Cabo Verde; está por fazer o apuramento dos contingentes de negros levados para o Arquipélago e as áreas da sua proveniência. De modo que o que nos resta é construir hipótese de trabalho, num sentimental regresso ao nosso passado, numa tentativa de surpreender aquilo que um escritor caboverdiano chamou «sobressaltada noite da nossa formação». Regresso doloroso em mais de um aspecto mas que acaba sendo uma gostosa e lírica aventura com os parentes insuspeitados e longínquos que vamos encontrando pelo caminho. Parentes da Guiné, Sudão, de Angola e até da Martinica...

2

Ao que suponho, o processo de formação social do caboverdiano operou-se mais por uma africanização do europeu do que por uma europeização do africano. Mais por uma acomodação de motivos e estilos portugueses às peculiaridades do meio do que pelo aporuguezamento, puro e simples, dessas mesmas peculiaridades. Acomodação às condições de clima, de mesologia, de insularidade; acomodação às vicissitudes do cultivo do solo; ao regime das chuvas. Acomodação, principalmente às necessidades de contacto e de aproveitamento do escravo negro. Acomodação sob todos os aspectos: de ecologia animal e vegetal como cultural. Uma acomodação não só estática ou utilitária, mas igualmente dinâmica e criadora: de conservação e renovação. E como elemento propulsor dessa acomodação só vejo um, na sua poderosa vocação individualizador: o africano, isto é, o homem negro. Ao africano coube o maior quinhão nessa especialização tropical da cultura lusitana. Não fosse o negro e por muita relevância que se dê ao clima e à geografia,

não fosse o negro, dizia eu, e o homem caboverdiano em nada se distinguiria do madeirense ou do açoreano: retratos mais ou menos fiéis do português continental. O negro, e não só o clima, teria respondido às necessidades profundas da acomodação cultural e ecológica do homem português às novas regiões tropicais. Mas só a mestiçagem, melhor: só a miscegenação viria conferir aos grupos levados para Cabo Verde os meios de fixação e de sobrevivência e os imprescindíveis instrumentos de compreensão mútua (isto é: de harmonização ou de fusão de estilos diferenciados e de equilíbrio de forças antagónicas que de outra forma permaneceriam irreduzíveis ou em conflito). Se o negro, como diz o cientista inglês Henry Bates, é «o verdadeiro filho dos climas tropicais», o mestiço viria a revelar-se o elemento capaz ou mais habilitado (mais habilitado pelas circunstâncias que desde cedo o rodearam) para renovar e enriquecer as paisagens tropicais ou sub-tropicais, tanto de Cabo Verde como do Brasil e de S. Tomé e Príncipe. E não apenas renovados mas igualmente integrador. Renovador, dado o seu notório dinamismo, tanto cultural como social; integrador, pelas oportunidades biológicas e étnicas especialmente conferidas ao mestiço. Renovador e integrador, ainda, pela sua capacidade de infiltração social: pela sua capacidade de contaminar, de assimilar e de transmitir elementos novos; de suscitar combinações novas; pelas possibilidades de se sentar tanto à mesa dos *sobrados* como na terra batida das *senzalas*. Exemplo que me parece elucidativo dessa capacidade de provocar combinações novas, é o que se passa com o dialecto caboverdiano, onde vocábulos e expressões da língua portuguesa se vêm súbitamente empossados de sentidos insuspeitados numa espectacular acrobacia metafórica. É o caso da palavra *chefe* (de chefe) significando pessoa intrometida; de *clipse* (vindo de eclipse) significando um local inóspito, soturno; de *combóte* (vindo de combate) significando «desmaio»; de *adivinhão*, expressão eufemística do membro viril, etc. É ainda o caso (este dentro do campo da cultura material) que se passa com o *cuscus* de *talisca* e de *potona*, réplicas caboverdianas do *cuscus* de milho levado pelos colonizadores.

Voltando à capacidade de infiltração do mestiço.

Em Cabo Verde, essa infiltração foi favorecida pelas grandes facilidades de ascensão social do negro e do mulato. É assunto que requer estudo consciencioso, estudo científico. Estudo antes retrospectivo, de investigação histórica, de reconstituição do nosso passado económico, social e, principalmente, cultural. É isto porque hoje é inteiramente descabido estudar-se a mobilidade (neste caso mobilidade vertical) do negro ou do mestiço como algo que se situe em campo diferente nas oportunidades conferidas ao caboverdiano branco ou branqueado. Tanto uns como outros encontram hoje as mesmas aberturas e os mesmos becos sem saída. O que importaria era surpreender as causas que teriam levado o negro

é o mestiço a mover-se com relativa liberdade na paisagem social e económica de Cabo Verde, em épocas, pelo menos aparentemente, nada favoráveis a essa mobilidade. Épocas por assim dizer de disputa de lugares ao branco colonizador ou ao branco inchado da aristocracia dos *sobrados*. Eu suponho que esta questão deve ser vista de três ângulos ou em três momentos: em primeiro lugar a propagação — digamos — meramente material ou biológica do mestiço, cujo veículo seria unicamente o sexo; depois, a instalação do mestiço em áreas ou classes de preponderância social, cujo veículo teria sido principalmente a actividade mercantil dos primeiros caboverdianos; por último, a conquista definitiva de posições, a transmutação de poderes, acompanhada do prestígio intelectual do mestiço caboverdiano. Quer dizer: dum lado, o alastramento, a insinuação do mestiço pelas diversas classes sociais ou económicas; mestiços filhos de fidalgo; mestiço de comerciante; mestiço de branco funcionário régio; mestiço filho de padre ou de cônego. Quase se podendo dizer que não houve representante de classe social portuguesa que não tenha dormido com uma negra ou com uma mulata. Mas ao lado dessa infiltração, ou dessa movimentação do mestiço, que de início terá tido o carácter de mercadoria passada aos direitos, de actividade, digamos assim, de contrabando, seguir-se-ia um outro fenómeno, este de profundas repercussões na unidade espiritual e na democratização dos estilos caboverdianos: refiro-me à conquista definitiva de posições económicas e sociais pelo negro e pelo mestiço. É possível que a potência económica tenha dado um empurrão considerável a essa ascensão, mas, ao que suponho, só a aristocratização intelectual viria a conferir ao negro e ao mulato o instrumento decisivo do seu triunfo. E digo isto porque, em Cabo Verde, o literato desfruta de um prestígio que nenhum rico conhece. O literato, o poeta, o romancista, mais do que o simples doutor ou engenheiro ou comerciante rico, é que ocupam na escala dos valores caboverdianos, os lugares cimieiros. Há uma cantiga popular que elucida o que afirmo. Trata-se da conhecida sátira aos caboverdianos americanizados que voltam para a terra cheios de dólares. Diz a cantiga: «Americano tem dolar, tem dolar... si mé é burro...» Isto é: o americano tem dolar, não há dúvida; mas nem por isso deixa de ser burro... Vê-se que o acento tónico recai não sobre o livro de cheques, mas sobre a capacidade intelectual.

De qualquer forma, a conquista de posições sociais e económicas pelo negro e pelo mestiço foi de tal forma decisiva e dissolvente que, hoje, o termo «branco», em Cabo Verde, significa não o indivíduo de pele branca, mas antes o indivíduo que na escala social ocupa uma posição elevada, pouco importando a sua cor. Não em conteúdo étnico: este esvaziou-se; mas antes em conteúdo social. Poderíamos dizer, sem receio de errar, que o social expulsou o étnico.

Expulsão de revelações especialíssimas sobre a mobilidade vertical do mestiço caboverdiano e sobre o sentido do elemento económico e intelectual como veículo de ascensão social. Convém analisar com mais pachorra essa fecunda mobilidade do mestiço, pois ela é, quanto a mim, o factor mais decisivo tanto na formação unitária da sociedade caboverdiana como na estabilização das nossas expressões culturais. E mais ainda: dada a sua capacidade de adaptação, seria o mestiço a estabelecer os alicerces das diferenciações insulares. Mais adiante abordarei esta questão.

A mestiçagem processou-se em larga escala em Cabo Verde. Favorecida e impulsionada por circunstâncias várias: por carência de mulheres brancas; pelo feito garanhão do português; e ainda por relações sexuais havidas entre homens negros e mulheres brancas. Por outro lado, a própria orografia das ilhas, aliada à mobilidade dos primeiros comerciantes caboverdianos, solicitava essa intensa osmose de sangues e também de sensibilidades. Tudo favorecendo uma grande liberdade de contactos, de movimentos, de resolução de problemas. A miscelagem processando-se em larga escala e absorvendo o negro e o branco no mesmo pano de fundo mulato. Todavia, o facto mais importante dentro deste fenómeno geral da mestiçagem deve ter sido o de frequentes cruzamentos de indivíduos já mestiçados e seu aproveitamento na colonização da maior parte das ilhas. Elementos, portanto, já ambientados e porventura já aculturados; de posse já de uma experiência de hibridização de culturas e pondo talvez já em prática uma técnica de *harmonização de antagonismos* ou de ajustamento de estilos diferenciados. Claro que tudo isto teve o seu suporte económico. As características do meio físico influíram nos processos de exploração económica e estes actuaram poderosamente não só na mestiçagem como na nossa estabilização social e cultural. E foi o que em parte nos valeu em Cabo Verde: a falta de recursos económicos; a pobreza franciscana do sub-solo; a pequenez quasi familiar das ilhas; a irregularidade das chuvas. O português nunca se sentiu tentado a introduzir em Cabo Verde o regime da grande plantação, ou da roça a exemplo do que se fez em outros territórios africanos e no Brasil. Foi o que nos valeu, porque atrás da grande plantação viriam os directores, os capatazes, a exploração exclusiva dos produtos mais rendáveis no mercado europeu. E atrás dos directores, dos capatazes e da monocultura viria a descaracterização regional, a estagnação cultural de desajustamentos psíquicos de tão dolorosas compensações aos negros de outras regiões de formação colonial, quer portuguesa, quer não portuguesa. As poucas perspectivas económicas têm condicionado desde sempre a emigração lusa e excluindo as possibilidades de introdução da grande plantação ou da roça. Desse condicionamento quantitativo do elemento

português e da falta de um sistema rígido e fechado de exploração agrícola em que ele se apoiasse resultaram as condições ideais para o incremento da mestiçagem. E daí, um maior intercurso de estilos de vida, uma mais intensa troca de padrões culturais do que o que sucedeu em S. Tomé, por exemplo, e até no Brasil. Em vez do exclusivismo totalitário da monocultura de inspiração europeia, havia de surgir o liberalismo democrático da policultura de inspiração negra; em vez da agressividade e da rigidez aristocrática da grande propriedade, a humildade franca, hospitaleira, boa, da pequena propriedade. Em vez do endurecimento e do exclusivismo, o amaciamento e a liberalidade. E em Cabo Verde, amaciamento e liberalidade foram quasi sinónimos de mestiçagem, de hibridização. Aliás, compreende-se que assim tenha sido, dado que todo o indivíduo é portador de fórmulas e de tendências do grupo em que se integra. E o mestiço caboverdiano, mestiço do negro escravo, nascido e alimentado no plebeísmo razo da *senzala*, nunca poderia ser um portador de fórmulas rígidas e endurecidas ou de preconceitos exclusivistas. Curioso que também tenha sido o mestiço o principal agente na democratização da vida brasileira. A este respeito, escreve notável estudioso do Brasil: «Dos novos chefes republicanos, grande número era mestiço, homens de origem humilde e de modo nenhum aristocrática. Parecem eles ter feito do regime republicano uma expressão das suas próprias aspirações a novo e melhor estado social da vida» — E soriam os mestiços, ao lado de oficiais de origem social modesta, quem daria ao exército brasileiro a sua fisionomia de organização social e étnicamente democrática. Organização tão sólida e tão influente, que, após a desagregação do sistema agrário patriarcal no Brasil, foi o exército a força mais liberal, mais progressista e mais democrática.

Em Cabo Verde a vocação democratizante do mestiço havia de contaminar todas as classes sociais, étnicas ou culturais, não só pela mistura de sangues como principalmente pela fusão de sensibilidades, pela interpenetração de esquemas de comportamento; pelo ajustamento espontâneo de padrões culturais.

Junte-se a estas circunstâncias, de consequências niveladoras, o papel igualmente ou subjacentemente nivelador e dissolvente do mestiço (dissolvente pela sua capacidade de pulverizar arestas destoantes e de integrar os valores essenciais numa expressão comum) e teremos, talvez, uma explicação da fisionomia unitária e homogénea da sociedade caboverdiana. Unitária nas expressões mais intemporais, mas diversificada em suas particularidades ou especializações insulares. Continente e Arquipélago, eis o que se pode dizer de Cabo Verde, sob o ponto de vista cultural. É o tal fenómeno já apontado por Freyre a respeito do Brasil da *unidade na diversidade*. Unidade de língua: o crioulo, essencialmente o mesmo em todo o arquipélago, mas com coloridos especiais consoante as ilhas;

unidade nos contos populares do Lobo e do Chibinho, comuns a todo o Cabo Verde; diversidade no conteúdo do mesmo Lobo e Chibinho, consoante a ilha de onde é natural o contador; unidade na *cachupa*, na *camoca* no *cuscus* de milho, no *xerém*, no *pilão*, no *moidor*; diversidade na *djacacida* da ilha Brava, no *molho de Manuel António* da ilha de S. Nicolau; no *xerem com coco* da ilha de Santiago; no *cuscus de potona* da ilha da Boa Vista. Unidade na morna, no violino, no violão, no cavaquinho, no tambor; diversidade no *rabolo* do Fogo, na *coladeira* de S. Vicente; no *galope* de S. Nicolau nas *fiuações* e nos *bituques* de Santiago; diversidade também na instrumentação: na *simboa*, na *gaita de folas* e nos *fer-rinhos santiagoenses*; unidade na literatura poética de expressão portuguesa, diversidade nos poetas de língua crioula. É processo a exigir estudo à parte, este do entrelaçamento dessas diversas expressões insulares num todo supra-insular a explicar como num arquipélago se unifica um continente cultural, ecológico e sociológico. Baltasar Lopes fê-lo a propósito do dialecto; eu já o tentei a propósito da nossa literatura poética.

Chamo a vossa especial atenção para esse papel do mestiço na expressão unitária da sociedade caboverdiana. Porque unitária, aqui, significa estabilização social, unidade de cultura e de sensibilidade; identidade de comportamento e de solicitações. Unitária aqui significa inexistência de grupos étnico-culturais independentes; inexistência de classes herméticas fechadas em compartimentos estanques. Unitária, aqui, significa «democracia essencial», cultural e social. Porque, em Cabo Verde, o mestiço nunca foi um elemento de perturbação (melhor: nunca foi um elemento perturbado cheio de desajustamentos psíquicos a exemplo do que sucedeu e sucede em outras áreas de formação colonial europeia). O mestiço em Cabo Verde não chegou a ser nunca uma terceira força feita juguete deste ou daquele grupo, nem nunca permaneceu indeciso entre o negro e o branco. Pelo contrário: não só os aproximou, não só os aglutinou, não só os integrou numa paisagem geográfica e cultural que, de comum viria a tornar-se familiar, como dissolveu quaisquer manias de pureza rácica nas famílias caboverdianas; a miscigenação insinuou-se não apenas no sangue mas, principalmente, na alma, nos esquemas de comportamento. O mestiço caboverdiano revelou-se um elemento essencialmente catalizador e estabilizador, mas também enovador e plástico. Daí a absoluta e essencial comunhão de motivos verificável entre os caboverdianos, qualquer que seja a sua cor, a sua posição social ou o seu meio físico. Daí, a sinceridade com que todos participam nas efemérides periódicas. Daí, finalmente, o aparecimento em Cabo Verde de uma cultura diferenciada, mestiça em seus motivos mais íntimos e mais dinâmicos. Cultura mestiça, visível no nosso folclore, na novelística, na poesia e na música populares;

nos provérbios, nas sentenças, nos adivinhos; na culinária, na arte doceira; no dialecto crioulo, nas formas cultas de literatura; na arquitectura das casas rurais. E se, a cultura caboverdiana é uma cultura mestiça, quer isto dizer: somos portadores de fórmulas e de estilos dos grupos étnicos que aí no Arquipélago se encontraram. Toco num assunto que tem sido descuidado em Cabo Verde: o apuramento dos valores com que negros e brancos concorreram para a formação da nossa personalidade social. Valores materiais e espirituais: materiais como pilão, o moidor, o ouri, a mangueira, a papaeira; espirituais como as práticas religiosas e sociais; as línguas, os contos populares, etc. Materiais como as técnicas de cultivo da terra ou da arquitectura das casas do interior das ilhas; espirituais como os provérbios, as adivinhas, os capotonas, os salonguinhas, os gongons e todos os outros papões de meter menino medo. Elementos todos esses que, no seu estado de conservação actual, nos poderão elucidar sobre os processos de hibridização de culturas e sua acomodação ao meio tropical de Cabo Verde. Elementos que têm passado despercebidos como as cores preferidas para os vestidos das mulheres e os fatos dos homens (onde se nota a predominância do cinzento, do preto e do amarelo em Santiago, acrescidos do branco e do cor de rosa em outras ilhas)—Elementos tão subtis e tão líricos como o processo de enfeitar os tabuleiros de bolos em Santiago com papel de seda de várias cores e de embrulhar os doces, não só com requintes de gosto artístico mas ainda com um talvez inconsciente sentido de harmonia entre a cor e o paladar. O branco, vivo e aberto, para os rebuçados de hortelã pimenta, cujo travo picante e frio obriga a abrir a boca e a distender os olhos; o cor de rosa suave, para a suave e branda açucrinha de cacau ou leite, o verde escuro e o grenat para as cocadas, etc. E, também, dentro do campo do vestuário, o gosto das mulheres pelas coisas pequenas, pelas fitas, pelos brincos pequenos, pelas pulseiras finas; o culto do perfume, da gravata e do lenço grenat por parte dos homens. Tudo isto, matéria que nos pode elucidar sobre os gostos, as tendências, enfim, sobre a psicologia, mais estética do que utilitária, do caboverdiano. E também sobre o contributo da mulher negra na arte doceira do arquipélago. E não só na doçaria em particular, como na culinária em geral. Ampliando ainda mais a conclusão, suponho não errar dizendo que a contribuição da mulher negra se estende a todas as manifestações da vida caboverdiana. Contribuição principalmente de brandura, de amaciamento, de lirismo, de musicalidade. O negro, e talvez mais a ama negra, insinuou-se no nosso falar, desgastando, abrandando e sonorizando as sílabas ásperas e sibilantes do português; revestindo de uma intimidade lírica a religião católica; virando os santos populares portugueses ainda mais boémios e mais festeiros. Tão boémios e tão festeiros como os melhores parodistas crioulos. É da ilha de Santo Antão

esta deliciosa insinuação boémia às olheiras de Sauto André: *O nhô Santo André, quem mandôbe durmi n: rua...* O negro, talvez mais do que o branco, dada a sua espiritualidade e a sua olorosa experiência de escravo, soube realizar com inteireza a máxima do Evangelho de amar o próximo como a nós próprios. Daí a sugestão de familiaridade que se desprende do comportamento social do caboverdiano; a sua morabeza; o seu feito hospitaleiro, de uma hospitalidade amorosa, integral, sem reservas; a sua franqueza a sua liberalidade ingénua; a sua fraca noção do centavo. Hospitalidade, franqueza e liberalidade que estão muito próximos do espírito, da policultura e da pequena propriedade.

A esta capacidade de projecção sentimental, familiar e doméstica do caboverdiano sobre pessoas e até sobre coisas, não deve ser estranha a influência que me parece importantíssima da geografia, da insularidade. Influência que julgo traduzir-se numa intensificação ou numa sobre-excitação do seu carácter morabe. É sabido que o isolamento provoca ou excita a ânsia de convivência. O veleiro que chega e a carta de longe (motivos fulcrais dos estilos de vida do caboverdiano) são expressões dessa necessidade de convívio. Ou melhor: são instrumentos através dos quais se satisfaz essa necessidade. Por outro lado, a temática da *hora di báí* ou da evasão não são mais do que a contra-prova do desejo de convívio; não são mais do que expressões de quanto é doloroso para o crioulo o corte de raízes, a interrupção do diálogo, a fuga ao convívio familiar. Aliás, suponho que devemos distinguir a temática da *hora di báí* da temática evasíonista. E isto, por aquilo que elas revelam do jogo ou do choque de forças culturais, biológicas e sociais que concorrem na conduta e na formação da psique do homem caboverdiano. Do homem mestiço que ele é, a um tempo rotineiro e dinâmico. Querendo ficar, mas também querendo partir. Daí o descortinar-se na *hora di báí* o feito rotineiro e conservador do mestiço caboverdiano; e, na temática da evasão, o seu antigo irrequietismo, tanto biológico como cultural, tanto psíquico como social. E, não deixa de ser significativo o processo de harmonização dessas duas forças antagónicas: partindo, mas subordinando a partida ao regresso; não se despreendendo nunca em absoluto do seu solo nativo; fazendo-se acompanhar de grogue, de milho, da farinha de pau; enviando para as ilhas lembranças periódicas: roupas usadas para os amigos e parentes, fotografias, dinheiro para a compra de bocados de terra, uma sentimental antecipação do regresso físico. — Temos assim que a insularidade sobre-excita no homem o seu desejo de convívio. Ora bem: aliado poderoso da insularidade na sobre-excitação desse desejo de convívio parece-me ser aquilo a que chamarei de *ruralismo tropical*. Agente poderoso na formação da psique caboverdiana e portanto no comportamento social e no povoamento espiritual, digamos assim, da nossa paisagem geográfica e humana. O campo, mas o

campo caboverdiano, com as suas contradições: com a sua chateza e seus imprevistos; com seus bois mansos, suas cabras domésticas, mas também com suas galinhas da Guiné errando nos montes; com seus pombos de casa, mas também com seus pombos brabos rebeldes a toda a tentativa de aproximação; com seus sequeiros, mas também com seus regadios; com o brando desamparo dos seus crepúsculos, parece-me ter sido grande auxiliar da insularidade não já na sobre-excitação do desejo de convivência, mas no seu arredondamento, num familiar e doméstico culto da vizinhança. Actuando por conseguinte mais como um correctivo, como um contra-peso desse absoluto e desgarrado desejo de convívio. Isto a que chamo *ruralismo tropical* teria preenchido a morabeza do seu conteúdo mais puro, mais castigamente crioulo, mais definitivo e também mais inquieto. *Ruralismo tropical* das casas do interior com seu formato quadrangular e suas coberturas de colmo; com seus terreiros abertos e seus bancos ao pé da porta, numa como que transposição para a rua da intimidade doméstica; *ruralismo* das casas dos proprietários abastados ou semi-abastados; casas gordas, largas, com quintal para criação; com divisões independentes e separadas da moradia, para a cozinha e para a despensa; com suas lojas no rés do chão para guardar lenha (e também para os meninos se encontrarem com as criadas de servir...), com suas mesas patriarcais; *ruralismo tropical* no culto do ar livre; nos terraços das casas, bom para conversas pachorrentas e para a boémia das noites paradas; *ruralismo* na decoração dos quartos; no gosto com que os rapazes solteiros, as criadas de servir e até as meninas da vida, decoram os seus quartos de dormir, enchendo-os de fotografias, de desenhos, de pinturas... Fotografias de amigos, de parentes, de personagens importantes, tudo traduzindo uma ânsia de convívio, uma tendência para a intimidade doméstica; para a desarticulação, para o amaciamento de motivos rigidamente não familiares. Para a franqueza e para a democracia; para o espírito da policultura e da pequena propriedade. *Ruralismo tropical* ainda na pachorrenta cadeira de balanço ou na preguiçosa cadeira de lona, mobiliários que foram imprescindíveis nas casas abastadas ou remediadas de funcionário público, de comerciante, de padre do interior; *ruralismo* nos contos populares de Lobo e Chibinho; *ruralismo* ingénuo, lorpa, do Lobo sub-alimentado; *ruralismo* no Chibinho malandro mas bonacheirão e boa-vida; *ruralismo* na Ti Ganga, pequena proprietária previdente e cautelosa. *Ruralismo* até na familiaridade com que o ti Lobo conversa com Nos-enhor no céu e este lhe dá uma pelinha para lavar numa ribeira, com a qual depois o próprio Deus há de fazer um tamborim para o compadre Lobo. Um céu caboverdianizado: com ribeiras, com peles de cabra e com um Deus que sabe fazer tambores. E note-se: o tambor é um instrumento de festa, portanto de convívio. Tudo motivos domésticos, crioulos, que ti Lobo transporta na sua via-

gem para o céu. A propósito, não deixa de ser significativo, o facto que vos vou contar. Ai há tempos fui visitar um velho caboverdiano, velho de mais de 90 anos, radicado em Lisboa desde rapaz novo. Pois a sala de visitas do velho nhô Antonim Djodje faz lembrar, irresistivelmente, as salas de visitas da sua ilha natal: S. Nicolau. A mesma profusão de fotografias espalhadas pelas paredes; a mesma secretária plebeia, sólida e funcional; o mesmo recipiente para as fotografias que extravazam dos álbuns; o mesmo binóculo «do tempo dos piratas» empoeirado sobre a secretária; e, caso curioso, a mesma cor de violeta nas paredes da sala, a mesma cor violeta de quase todas as casas da vila da Ribeira Brava, em S. Nicolau. Cor violeta a que não deve ser estranha a influência religiosa da ilha que já foi sede do Bispado e que já teve um Seminário. Foi o velho nhô Antonim Djodje que assim mandou pintar as paredes da sua sala de visitas numa talvez inconsciente projecção de estilos ilhéus. Só faltando na sala patricia o velho gramofone vindo das Américas, móvel indispensável nas famílias antigas de Cabo Verde.

O paralelismo com o céu caboverdiano ou tropicalizado da história do Lobo é evidente: trata-se da profunda necessidade de recriar ou povoar regiões estranhas através dos nossos próprios dados culturais, dos gostos socialmente dominantes. No caso presente, ao que suponho, uma erupção de personalidade ou de sensibilidade regional. É o mesmo fenómeno que se passa quando um personagem do romance «Chiquinho», de Baltasar Lopes, idealiza a América do Norte como uma grande ribeira, cheia de canaviais, de bois trapichando, de homens fazendo mel, de meninos de guarda nas hortas. Em tudo a mesma tendência para a intimidade, para a convivência, para o aconchego familiar. Por cima de tudo o mesmo culto da vizinhança de aproximação doméstica, enfim, aquilo que a mestiçagem mais do que no Brasil representou em Cabo Verde: democracia étnica, cultural e social.

3

Extraindo agora, ou tentando a construção teórica dos princípios gerais definidores dessa região cultural que é Cabo Verde suponho poder enunciar assim: Hibridização; insularidade; ruralismo tropical. Antes de prosseguir, todavia, assentemos nos seguintes pontos metodológicos: toda a construção pressupõe uma dinâmica e toda a dinâmica está forçosamente encarnada ou projec-

tada em determinados factos. Melhor dizendo: há determinados factos (sociais para o nosso caso) que possuem no mais profundo da sua intimidade uma força expansionista capaz de dar a um certo povo *esta* e não *aquela* configuração, e de lhe fornecer também os meios imprescindíveis de luta e de sobrevivência. São factos que, dada uma dinâmica intrínseca, possibilitam, pela expansão da sua vitalidade, a formação e a individualização dos povos. Todavia suponho ser possível distinguir, de um lado, aqueles factos que possibilitam a formação e de outro aqueles que individualizam culturalmente uma sociedade determinada. Só estes últimos, pela sua função individualizada, conseguem impressionar definitivamente a paisagem geográfica e humana, revelando-se depois em caracteres que permitem distinguir um povo do outro, uma sociedade da outra, uma cultura da outra. Ora em Cabo Verde creio que especialidades mesológicas e também humanas teriam possibilitado a formação de um agregado populacional, o qual, pela progressão espontânea das forças iniciais, forças canalizadas por circunstâncias também específicas, viria a constituir-se num povo com características novas. Essas circunstâncias específicas ou esses factos definidores tentei enunciar-los atrás: *insularidade, ruralismo tropical, hibridização*. Por *hibridização* compreendo, de um lado, a mestiçagem (de sangues e de sensibilidades), por outro, aquilo a que chamei o espírito da policultura e da pequena propriedade. Isto é: o espírito de liberalidade, de porosidade, unido intimamente ao da democracia, da contemporização, de compreensão daquilo que é profundamente essencial na conduta humana; de procura instintiva de uma plataforma comum. Porque, no fundo, o que separa os homens e os povos não são os pontos essenciais, mas antes os incidentes, os pormenores: Incidentes e pormenores erigidos quase sempre por comodismo mental, em motivos fulerais. É bem certo: o pormenor, de sua natureza transitório e contingente, nunca poderá servir de instrumento de aproximação, de base de convivência. A cultura caboverdiana, precisamente por ser mestiça, possui nos seus alicerces mais profundos, mais vitais e, portanto, mais dinâmicos, essa capacidade de instintivamente encontrar os motivos essenciais, comuns e, por isso mesmo, propícios ao estabelecimento de um estilo de convivência. Não quero outro exemplo para o que afirmo: basta ver como o catolicismo é entendido e praticado pelo caboverdiano: religioso, mas de uma religiosidade sem fanatismos, sem dogmatismos, sem exclusivismos. De uma religiosidade nada rígida, nada ortodoxa, antes desarticulada temporizadora, ingenuamente contemporizadora. Suponho que em pouquíssimas regiões do mundo o catolicismo é praticado com um espírito tão espontaneamente anti-dogmático; tão liberal, tão boémio, tão democrático (não nos esqueçamos de que a mestiçagem significa em Cabo Verde o mesmo que democracia étnica e social). Há, até, ditos populares

elucidativos: um deles: *Padre é no altar; fora do altar é um homem como outro qualquer*; outro: *desconte a coroa e faça no padre o que quiser...*. Quer dizer: o povo, compreende que o essencial nas nossas concepções não são os formulários, os ritos exteriores, mas antes a substância íntima que as anima. Trata-se aqui de uma vocação instintiva (direi melhor: biológica e cultural) para a convivência; para peneirar do essencial, o contingente e o provisório; para separar as verdades permanentes das verdades momentâneas ou instrumentais; para separar o convencional e o fabricado do natural e do espontâneo. Para conservar, portanto, aquilo que sugere estabilidade, democracia, contemporização. Bem entendido: ligado a essa capacidade de aprender o essencial (e aprender o essencial é descobrir um motivo de entendimento) lateja o desejo de convívio, sobre-excitado e adocicado pela insularidade e por aquilo a que chamei *ruralismo tropical*.

Ao fim e ao cabo, a própria história da nossa formação social, projectando-se na nossa conduta e nos nossos sentidos: democracia económica de policultura e de pequena propriedade; democracia étnica e cultural da mestiçagem.

G A B R I E L M A R I A N O



A M B I E N T E

O largo
A Cruz
E a Igreja...

Pombas voando sob um céu sem núvens.

A roupa branca a secar
Como bandeiras de paz
E o Toni jogando a bisca com o Candinho
À porta da taberna do Maninho.

(Oh! ruas desguarnecidas!
Oh! nomes tão conhecidos!
Oh! barcos mordendo a praia,
Inúteis, desmantelados,
Já com raízes na areia!)

O largo
A Cruz
E a Igreja...

E tudo tão simples,
Tão comovedoramente simples e parado,
Que sinto pena, muita pena
Não sei bem de quem nem porquê...

Pena
Talvez da moça que ficou à janela
Esperando o lusco-fusco da noitinha
Com olhar triste e suplicante:
(Trinta anos, solteira, com cinco filhos
De cinco pais diferentes).

Canção dos rapazes da ilha

Eu sei que fico
Mas o meu sonho irá
Levado pelo vento, pelas núvens, pelas asas.
Eu sei que fico
Mas o meu sonho irá...

Eu sei que fico
Mas o meu sonho irá
Nos frutos, nos colares
E nas fotografias da terra,
Comprados por turistas estrangeiros
Felizes e sorridentes.
Eu sei que fico mas o meu sonho irá...

Eu sei que fico
Mas o meu sonho irá
Metido na garrafa bem rolhada
Que um dia ainda hei-de atirar ao mar.
Eu sei que fico
Mas o meu sonho irá...

Eu sei que fico
Mas o meu sonho irá
Nos veleiros que desenho na parede.

POEMA

para o irmão ausente

Onde estarás, Irmão, onde estarás
Que há tanto tempo abandonaste as nossas praias?
Nós, aqui estamos
Com cantigas de embalar a solidão,
Com tempestades e mares
Encarcerados num búzlo.

Rouco e rolante, o rumor das ondas
Deu-nos ouvidos para ouvir os longes...

Onde estarás, Irmão, onde estarás?

Nós, aqui estamos
A remoer a raiva reprimida
De quem amachucou os gestos
E estrangulou os sonhos
Nas grades da prisão.

Onde estarás, Irmão, onde estarás?

Logo virá a noite
O luar
E o balouçar das conversas
Repetidas
Sonolentas.

Onde estarás, Irmão, onde estarás?
De que mares de bruma nos acenas
Todo enfeitado de espumas e sargaços?

A G U I N A L D O F O N S E C A

O Romance de Sociedade em Fontane (Frau Jenny Treibel), Thackeray (Vanity Fair) e Eça de Queiroz (O Primo Basílio)

I — Introdução

ESCOLHI para objecto do presente estudo um trabalho comparativo entre três romances de sociedade, sendo um inglês, outro alemão e outro português.

A minha escolha recaiu sobre o romance de sociedade por me interessarem; de uma maneira particular, obras de carácter social. Prefiro-as por possuírem um largo sentido universal e humano, por fixarem a vida, os costumes, as paisagens, os sentimentos de um determinado povo e de uma determinada época. É a imagem da vida quotidiana que elas nos dão, é o dia a dia, com as suas agruras e também com as suas alegrias

O romance de sociedade tem ainda interesse para o conhecimento de um povo estranho e também de uma época já afastada daquela em que vivemos.

Conhecemos, assim, através dessas obras, a maneira de ser e de agir de um aglomerado de pessoas, símbolo de uma sociedade. O homem, nesse género literário, é o representante do seu meio ambiente. Os seus actos e pensamentos não são mais do que o reflexo do tempo e da sociedade em que vive.

Defino, pois, o romance de sociedade como aquele que, focando a sociedade de uma determinada época, observa-a sob variados aspectos: moral, social, religioso, económico, político e intelectual.

É claro que o romance de sociedade não é uma reprodução exacta da realidade. É uma obra poética, um conjunto em que as partes, todos os porme-

- BIBLIOGRAFIA: H. S. Chamberlain «La genèse du XIX^{ème} siècle»;
J. D. Griffith Davies «A new history of England»;
Georg Steinhäuser «Die deutsche Kulturgeschichte»;
Camazian «O romance social em Inglaterra»;
Anselmo Andrade «Portugal Económico»;
Alberto Oliveira «Eça de Queiroz — A lição da sua obra»;
Lopes de Oliveira «Eça de Queiroz»;

nores, estão em função dele. É a vida sob o ponto de vista de um determinado autor; é com os seus olhos que vemos a sociedade e os seus problemas, actos, reacções, etc. Embora por essa razão o romance de sociedade não seja a realidade absoluta, esta parcialidade por si pode ter um valor significativo ou até documentário.

Comparando o romance de sociedade com o psicológico, notamos o papel que desempenha o indivíduo nessas duas categorias literárias.

O romance psicológico procura os problemas dentro do indivíduo. As forças motoras da acção são as forças psíquicas, que irradiam desse mesmo indivíduo.

O romance de sociedade não deixa de se ocupar do carácter do indivíduo, mas esse indivíduo interessa apenas por ser o representante de um grupo ou de uma camada dentro da sociedade. A sua opinião, a sua visão da vida e do mundo, aparece determinada e explicada pela sua posição na sociedade.

As três obras escolhidas, FRAU JENNY TREIBEL, VANITY FAIR e O PRIMO BASÍLIO, são representativas na literatura dos respectivos países.

Contemporâneos os autores e mediando na publicação dos romances um espaço de tempo não muito grande, a época neles focada é também a mesma: o século XIX.

FRAU JENNY TREIBEL.	1893
VANITY FAIR.	1847-48
O PRIMO BASÍLIO.	1878

O tipo de romance de sociedade é relativamente novo. Em Portugal mal deve haver obras antes de Eça, que mereçam essa designação. Na Alemanha surge apenas pelo fim do primeiro terço do século XIX, sendo Immermann o seu iniciador, influenciado, na verdade, pelo UILHELM MEISTER de Goethe. Na Inglaterra podemos considerar um dos seus iniciadores Jane Austen (1775-1827), servindo como preparação os romances de Richardson, Fielding e outros.

A génese do romance de sociedade não se deve ao acaso. Talvez mais do que em qualquer outro tipo, reflecte-se nele uma situação de realidade, deve-se a sua existência a problemas profundamente sentidos da vida. Enquanto as formas sociais, instituições, etc., funcionam bem, não chamam a si a atenção do observador, nem a reflexão ou a crítica. Só no momento em que o seu funcionamento leva a dificuldades e não satisfaz, atraem sobre si a atenção, começa-se a discutilas e a examiná-las. De facto, a génese do romance de sociedade coincide com a situação problemática da própria sociedade. A diferença temporal na criação e

adaptação do novo tipo exerce-se, em parte, pelas diferenças na estrutura e nas diferenças da história social dos três países.

Na Inglaterra deram-se, no século XVIII, transformações sociais da maior importância. O génio dos inventores britânicos transformou uma comunidade rural num dos mais importantes países industriais do mundo. Deu-se, nesse século, uma das mais sérias *rural revolutions* que a Inglaterra tem experimentado. Desaparece por completo a classe dos pequenos proprietários rurais (*land owner*) e os grandes senhores aumentam as suas propriedades. Aparece a grande cidade, foco da vida moderna, e que atrai a si grandes massas de camponeses, na expectativa de melhores condições de vida. Forma-se uma sociedade urbana que difere da aristocracia rural. A vida da cidade torna-se apressada, o fenómeno da moda começa o seu domínio, uma rivalidade surge na representação e nas relações com a corte real. *Up to date*, ser moderno, formação moderna, etc., como conceitos novos, ao passo que no campo a vida fica estacionária, continua à antiga — o ar antiquado.

Esse século testemunha uma grande mudança social — a ascensão da classe endinheirada, cujos membros são politicamente poderosos e socialmente respeitáveis.

Daniel Defoe observa um tanto acerbamente: *in England trade makes a gentleman* e Dr. Johnson define: *a merchant — a new species of gentleman*.

A grande riqueza desses magnates do comércio é muitas vezes usada para fins políticos. Ao lado da aristocracia por nascimento e baseada na propriedade rural, aparece a baseada exclusivamente no dinheiro.

O desenvolvimento das Ciências, as suas descobertas e invenções, alteram os tradicionais processos da indústria: a textil e a metalúrgica. Desde então, o sistema da fábrica generaliza-se; o novo material torna-se incompatível com a produção em domicílio. Daí, o contraste entre o industrial e o operário.

Da indústria algodoeira, onde alcançou as suas primeiras vitórias, o mecanismo estende as suas conquistas a outras indústrias textéis. Depressa a indústria mineira realiza o tipo capitalista. A produção do ferro aumenta rapidamente: em 1740 a Inglaterra importava aproximadamente 20 mil toneladas anualmente; em 1815 exportava cinco vezes mais. O mesmo se dá com o carvão.

É o começo da época da técnica, que tem o seu triunfo no século imediato. Depois da época medieval, em que triunfou o proprietário de terras, depois da época mercantil, que foi a do reinado do mercador, a Inglaterra vai conhecer a supremacia do grande industrial.

Todo esse desenvolvimento técnico tem grande importância na vida social do país. Aparece a classe do proletariado, composta por trabalhadores e

operários, enquanto que o clero e a nobreza são um tanto abalados na sua importância. A competir com a nobreza e a ocupar o primeiro lugar na sociedade, aparece uma nova *aristocracia por dinheiro*, uma *plutoocracia burguesa*. Esta classe endinheirada e fortalecida pelos conhecimentos literários e científicos, impõe-se e vence.

Na Alemanha a transformação opera-se um pouco mais tarde e mais lentamente do que em Inglaterra, mas a certa altura toma um ritmo mais acelerado.

Até ao começo do século XIX, a sua situação industrial mantém-se mais ou menos sob os moldes medievais. A extinção da organização sindical e a liberdade de indústria decretada pela Prússia em 1808, contribuem extraordinariamente para o desenvolvimento industrial da Alemanha, que os progressos da Física e da Química mais acentuam.

Criam-se as chamadas *zonas industriais*, de grandes e numerosas fábricas e o país deixa de ser essencialmente agrícola, como até aí fora. A população campesina de 75 %, passa a 35 %, no fim de um século.

No entanto, a agricultura não fica no seu primitivismo, sofrendo também modificações importantes. Obtém-se aumento de produção, que contudo não chega para satisfazer as necessidades do país, que sofre grande acréscimo populacional.

Como em Inglaterra, na Alemanha verifica-se o aparecimento das grandes cidades, que atraem a si os camponeses que, abandonando as suas terras, vão aumentar o número de trabalhadores fabris. As ideias espalhadas pela Revolução Francesa dão lugar a uma medida social da máxima importância: a libertação dos camponeses, que constituem um *Bauerstand*.

Dá-se, nesse século, a consolidação da burguesia, que, portadora de cultura e riqueza, marca a sua posição. O rápido progresso e a industrialização fazem surgir a classe dos *novos ricos*, ciosos da sua elevada posição social, adquirida pelo dinheiro. Marca também a existência de uma classe, que é a operária. A nobreza, reaccionária, mantém-se em volta dos príncipes.

Portugal não acompanhou a grande transformação económica que se estava a dar. Afastado do centro da Europa, centro dos grandes acontecimentos, conservou-se, pois, na rectaguarda desses movimentos, que se davam para além das suas fronteiras.

Foi muito morosamente que iniciou a sua industrialização. As condições medievais que regiam o comércio, a existência de barreiras aduaneiras entre os concelhos e o ruinoso Tratado de Metween com a Inglaterra, impedem o seu desenvolvimento. Dissidências políticas, primitivos processos de fabrico, igno-

rância dos operários, falta de matéria prima, contribuem para o seu atraso. O Tratado do Rio de Janeiro, as invasões francesas, a ida da corte para o Brasil, são ainda mais umas razões para explicarem o atraso em que o nosso país se encontrava.

Só depois de abolido o regime das Corporações e Offícios em 1834 e de novas medidas terem sido tomadas, começa a esboçar-se um pouco mais de progresso, que aumenta gradualmente até ao fim do século.

O século XIX modifica profundamente a Europa. As nações ficam admiradas perante os resultados tangíveis dessa transformação: o acréscimo ilimitado da produção, o aparecimento das grandes empresas, exportações em massa, o surgir da grande cidade, o domínio da máquina, etc.

Esse século de grandes realizações, de desenvolvimento excepcionalmente rápido, que toma as proporções de uma revolução, de tendências vincadamente materialistas, reflecte-se nos pensamentos e nas concepções de vida dos contemporâneos.

Certos problemas resultantes desse mundo novo, estimulam a literatura social. Os romancistas criticam acerbamente a sociedade, constituída por uma aristocracia egoísta, agarrada aos seus antigos privilégios e por uma burguesia industrial, enérgica, mas absorvida inteiramente pelo desejo do ganho. Criticam essa nova civilização, em que o dinheiro move todas as energias, essa multidão que não compreende senão o apetite do gozo e do lucro. A tendência do homem procurar aperfeiçoar a sua arte, de maneira que o produto tenha o máximo valor, não é mais do que o desejo do seu próprio ganho.

É contra o espirito dessa época, contra os progressos dominadores do racionalismo, da Ciência, do egoísmo industrial, que esses homens meditam ou sentem, escrevem ou falam. As obras que produzem, manifestam a crítica da sociedade em que vivem.

O romance de sociedade, que tem por características um certo realismo, actualidade no assunto, crítica e ainda a opinião do autor sobre os problemas da época, foi primeiramente cultivado na Alemanha, como atrás disse, por Immermann, nas suas obras EPIGONEN e MUNCHAUSEN. Gutzkow, Spielhagen, Keller, Raabe, Freytag, cultivam esse género com bastante êxito. DIE RILTER VON GEIST, STURMFLUT, HAMMER UND AMBOSS, PROBLEMATISCHE NATUREN, MARTIN SALANDER, DER HUNGERPASTOR, SOLL UND HABEN — são obras que tocam nos problemas e conflitos que interessam à época, na sua vida política, social e moral. São estes os escritores que, na Alemanha, ao lado de Fontane, se ocupam do romance de sociedade.

THEODOR FONTANE, descendente duma família de refugiados huguenotes, nasceu em 1819 em Neruppin, pequena cidade de Brandebourg, onde o pai tinha uma farmácia. É aí que Fontane passa a sua juventude. Em 1839 acaba a aprendizagem e é ajudante de farmácia em Leipzig, Berlim e Dresde.

Os primeiros ensaios literários e as primeiras poesias do pequeno boticário nada tem de genial, nem de sublime, não possuindo também o *Weltschmerz*.

Em Berlim faz parte do círculo literário *Tunnel über der Spree*, de que participam todos os homens de valor da época, como Eichendorff, Strom, Strachwitz, etc. Em 1849 abandona por completo a sua profissão de farmacêutico e dedica-se à Literatura. O jornalismo merece-lhe especial atenção. Em 1850 casa e, dois meses mais tarde, parte para Inglaterra, como correspondente do *Zeit* e do *Preussischen Zeitung*. A sua actividade de jornalista nesse país, que tanto admira, proporcionou-lhe conhecimentos, não só na matéria, como na concepção literária. A influência das lendas inglesas e da inigualável arte baladesca (Percy) faz-se sentir fortemente na sua poesia.

Fontane sente-se melhor no ar livre e mundial de Londres do que na estreiteza de ambiente de Berlim. Vai de novo à Inglaterra, onde viveu quasi ininterruptamente até 1859. Estuda as condições de vida estrangeiras e compara-as com as da própria pátria. Foi justo, não esquecendo ao lado das vantagens da Inglaterra, os seus lados sombrios.

Em 1859 volta a Berlim, sem emprego fixo.

Mais tarde visita a Itália e sente-se céptico perante a arte italiana.

Fontane passa da reportagem para o romance. Toda a sua actividade anterior, foi como que um largo treino, para muito mais tarde se tornar o grande romancista que foi. Fontane pertence aos que amadurecem numa idade em que outros vão morrendo como artistas.

A partir de 1862 publica uma série de descrições WANDERUNG DURCH DIE MARK BRANDENBURG, que são um admirável guia de viagem.

Ensaia, de início, o romance histórico e publica, em 1878, VOR DEM STURM. Enfim o romancista surgiu, mas deixa o amparo sólido desse género para abordar um assunto novo e actual, sem nada pedir à história e às viagens. Instala-se e para sempre, na matéria mais despida de exotismo: Berlim e a sociedade.

Essa paciente maturação, esse longo aperfeiçoamento dos seus meios artísticos, essa imensa meditação, essa acumulação de recordações, dão-lhe segurança e simplicidade. Não teve necessidade nem de directrizes, nem de modelos: só teve que contar. Contar o presente, mas com a serenidade do velho que já está um pouco fóra da vida.

A um primeiro ensaio — que é ainda uma novela intitulada L'ADULTERA (1882), segue-se uma série de romances, que tem por fundo Berlim contemporâneo: IRRUNGEN WIRRUGEN (1888), FRAU JENNY TREIBEL (1893), EFFY BRIEST (1895), DER STECHLIN (1898).

O sucesso aumentou a cada nova obra. Fontane torna-se o romancista da moda e os jovens naturalistas que lutam ainda para se impor, procuram nele um mestre. A sua velleidade é o período mais brilhante da sua vida, rodeada de admiradores e honras. À sua morte, em 1898, a crítica consagrara já a sua reputação.

Jane Austen pode ser considerada a iniciadora do romance de sociedade em Inglaterra.

Dickens é, talvez, o autor que, duma maneira mais franca e larga, instala a burguesia no romance. O sentimento que anima a sua obra é o social. É intensamente do seu tempo quando critica e zomba, com gosto, dos ridículos dessa civilização positiva que o cerca.

Dickens, Disraeli, Mrs. Gaskell, Kingsley, são os principais escritores ingleses contemporâneos de Thackeray, que se ocupam desses problemas, que reagem de uma maneira mais ou menos violenta contra o dogma do egoísmo económico e social.

WILLIAM MAKEPEACE THACKERAY nasceu em Calcutá em 1811. Em 1817 foi para a Inglaterra, para casa de pessoas de família. O seu tempo de colegial, que não foi feliz, recorda-o em vários escritos. Amou *Walpole House* tanto quanto Becky Sharp gostou da *Academia para Jovens*, de Miss Pinkerton.

Em 1829 vai para Cambridge e a sua obra PENDENNIS contém capítulos baseados nesse decorrer de ano e meio da sua existência. Em 1830 abandona a Universidade, sem ter obtido o bacharelato, e vai para Weimar. Aí colhe impressões da vida alemã, enche-se de entusiasmo por Schiller e conhece Goethe. Viaja pela França, Alemanha e Itália, para estudar pintura e depressa a sua pequena fortuna desaparece. As desgraças compelem-no a valer-se do seu talento de jornalista, de pintor e caricaturista.

Colabora em várias revistas e publica sob diversos pseudónimos artigos de crítica, fantasias, novelas e romances. Desde o tempo da Universidade, Thackeray ensaia a sátira. Os dez anos que precedem o aparecimento de VANITY FAIR são preenchidos por uma obra da juventude, rápida e variada. Esse romance foi planeado e escrito mais cuidadosamente que os outros. Foi preciso o seu aparecimento para que o grande público o conhecesse.

VANITY FAIR, PENDENNIS, THE NEWCOMES, mostram claramente a personalidade do romancista. Das três obras, é a primeira a melhor, aquela em que as suas qualidades mais se revelam e aquela de que depois me ocuparei.

Em Portugal só focarei EÇA, por ser ele o escritor escolhido e também por ser o iniciador do romance de sociedade.

JOSÉ MARIA DE EÇA DE QUEIROZ nasceu na Póvoa de Varzim em 1845. Seguiu estudos de Direito na Universidade de Coimbra e foi esse meio académico que primeiro o influenciou; influência de iniciação, recebida pelo convívio e pela leitura.

No pequeno meio de Coimbra se condensavam as ideias mais dispare e das mais heterogêneas proveniências. O gosto do folclore, a filologia, a metafísica alemã, o realismo frances, a filosofia, o socialismo e as generosas teorias de confraternização se confundiam num caos, numa indisciplina, que criava na mocidade uma curiosidade e uma actividade mental muito diferente da dos partidários do romantismo.

Foi pela geração de Coimbra de 1865 que o realismo se instalou em Portugal. Para essa juventude, realismo não significava só uma escola literária, mas também uma atitude de protesto contra o idealismo subjectivo.

As célebres Conferências Democráticas do Casino, da iniciativa de Antero do Quental, foram um grande passo dessa nova geração literária para o triunfo. Eça de Queiroz, que fez parte do grupo coimbrão, foi o nosso primeiro romancista.

Três influências há a notar na evolução artística de Eça: o meio académico de Coimbra, as suas viagens pelo estrangeiro, e muito especialmente pelo Oriente, e ainda a do realismo frances, de que Flaubert e Zola foram os modelos preferidos.

Na primeira fase da sua evolução literária, Eça colabora com Ramalho em O MISTÉRIO DA ESTRADA DE SINTRA e nas FARPAS e escreve para jornais e revistas.

O CRIME DO PADRE AMARO é o primeiro romance realista português. É um romance de caracteres e é o primeiro exemplo de uma obra sugerida por um problema social. O PRIMO BASÍLIO, publicado três anos mais tarde, é uma minuciosa análise à constituição da família da burguesia portuguesa. O MANDARIM e OS MAIAS fecham esta fase da evolução literária de Eça.

Os quatro romances citados mostram a obra de um escritor que francamente se manifesta contra tudo quanto se lhe aparenta retrógrado, contra a falsa noção de justiça e de moral, contra uma sociedade política, social e intelectualmente mal formada.

Para o surgir de um Portugal melhor, Eça torna-se paladino de novos ideais e, para isso, aponta defeitos, censura, destrói com o ardor e o dinamismo próprios de um jovem.

II — Posição social

a) *O Indivíduo e a Sociedade:*

A sociedade não é uma simples soma de indivíduos, mas o sistema formado pela sua associação, representando uma realidade específica, que tem os seus caracteres próprios. É inegável que não se pode produzir nada de colectivo sem utilizar as consciências particulares; mas esta condição *necessária* não é *suficiente*. É ainda necessário que essas consciências estejam associadas, combinadas, e combinadas de uma certa maneira. Daí resulta a vida social e, por conseguinte, é essa combinação que a explica.

Agregando-se, penetrando-se, fundindo-se, dão nascimento a um ser, que constitui uma individualidade psíquica dum novo género. O grupo pensa, sente e age de maneira muito diversa do que fariam os seus membros se estivessem isolados.

As maneiras colectivas de sentir, de pensar e de agir, exercem forte constrangimento sobre o indivíduo. Com efeito, tradições de toda a espécie, dogmas e ritos religiosos, imperativos morais, leis e costumes, convenções do *saber viver*, da *civilidade* ou da etiqueta, estilos estéticos e regras das diversas formas de arte, sistemas económicos de produção e permuta, apresentam todos o carácter comum de exercerem sobre o indivíduo uma pressão, à qual só poderia subtrair-se com perigo. São, na verdade, formas que o indivíduo encontra já estabelecidas antes dele, cuja origem muitas vezes ignora e com as quais, finalmente, tem de conformar-se ou que tem de combater, correndo os correspondentes riscos e perigos.

A sociedade que vemos viver nos romances escolhidos é, especialmente, a burguesa.

FONTANE apresenta-nos a nova classe social no momento em que se esforça por assegurar as suas conquistas e para se colocar num nível superior. É a burguesia que domina em FRAU JENNY TREIBEL. Mas Fontane, dentro dessa mesma classe, faz viver duas famílias completamente diferentes: dum lado, a família Schmidt, representante de uma sociedade sem ambições, nem importância política, uma sociedade de professores e funcionários, um pouco da Alemanha do século XVIII, de pensadores e poetas; doutro lado, a família Treibel, representativa da ascendência à alta burguesia, pelo dinheiro. A sua existência resume a subida da sua casta. Ela representa a classe em evidência, a burguesia enriquecida pela indústria e pelo comércio, a classe dos *novos ricos*.

FONTANE dá nos, com extraordinária realidade, a imagem dessa sociedade, que gira em volta dum fulcro, que é o dinheiro.

Vemos, pois, dum lado a alta burguesia, posição social alcançada pelo dinheiro e, do outro, a posição social criada pela profissão, que, do seu lado, foi escolhida por uma afinidade interna.

O professor Schmidt é um outro tipo de burguês, cheio de ironia e de espírito, que cita Schiller bebendo o seu café, que vive satisfeito, embora vegete no meio da prosperidade geral. Contenta-se com o que possui, olhando com certo desdém para esses novos ricos, de que ele bem conhece a origem.

Do seu humilde viver na pequena mercearia de Adlerstrasse, conseguiu Frau Treibel atingir o apogeu. É ela a figura preponderante da família e, também, da obra; é quem decide tudo quanto se relaciona com os seus, é quem sabe o que melhor lhes convém. Ela é, por assim dizer, o símbolo dessa sociedade burguesa e rica.

Notamos nos Treibel uma disciplina rígida, convencidos e cílios da sua posição, cheios de preconceitos e vaidades criadas pelo poderio do dinheiro.

Vê-se no viver dessa família, na sua maneira de sentir e de agir, a presença nela exercida pela sociedade; sociedade pelos Treibel interpretada como abrangendo exclusivamente os ricos e a nobreza. É, por assim dizer, sua escrava. Conseguiu a ascensão e, uma vez instalada, não é mais do que um fantoche cumpridor das suas leis, costumes, tradições, convenções, mas ao mesmo tempo uma defensora acérrima de todas as prerrogativas alcançadas e incapaz de admitir no seu seio alguém que considere inferior.

Notamos em Schmidt a ausência de fortuna, mas um bem-estar relativo, um aguardar dos acontecimentos sem os forçar, uma confiança absoluta na inteligência, capaz de discernir o bem do mal, num transe difícil.

Embora a nossa simpatia se dirija para esta família e pelo meio que a cerca, não deixamos de notar que é tão ciosa do seu intelecto e da sua cultura, como os Treibel são arrogantes pelo seu dinheiro e pela situação por ele adquirida. Porém, falta-lhes aquela preocupação contínua que caracteriza a vida em casa dos Treibel, aquela inquietação que nunca lhes dá a satisfação e o bem-estar ou, digamos, a felicidade.

A estabelecer como que um traço entre estas duas famílias, representantes duma burguesia diferente, a do dinheiro e a do intelecto, está Corina, que, se intelectualmente merece bem o apelido Schmidt, tem a fraqueza de se querer unir aos Treibel; simplesmente por uma questão material.

Manifesta a sua maneira de pensar de que a riqueza é um bem que gostaria de saborear. *Ja, lachte Corina, die Jugend ist gut. Aber, Kommerzienratin ist auch gut eigentlich noch besser. Ich bin für einen Landauer und einen Garten und die Villa herum.*

Corina odeia a mediocridade usufruída pela sociedade intelectual, mas modesta, dos professores. Suspira pelas facilidades e prazeres do bem estar dos ricos, embora note a superioridade dos primeiros, sob muitos aspectos. E, pretendendo alcançar essa elevada posição social, pelo dinheiro, Corina põe à prova todos os seus dotes de inteligência e de mulher culta.

Helena, a jovem hamburguesa, mostra-nos um novo tipo. Sente-se superior ao meio que a cerca, o da família Treibel, por ser descendente da velha burguesia de Hamburgo, cheia de antigas tradições. Essa burguesia criou, como por assim dizer, uma aristocracia comercial e, daí, a sua arrogância muito semelhante à da velha aristocracia. Uma geração que, pela largueza dos seus meios, despreza tudo o que há de aviltante no comércio pequeno. Helena olha para a família, de que pelo casamento faz parte, com um certo ar superior, por saber que vieram dum meio comercial pequeníssimo, duma camada social muito baixa.

Sabemos que Fontane faz de Berlim o cenário onde passam os personagens do seu romance. É uma grande cidade, de centros industriais de criação recente, onde a concepção das coisas é forçosamente materialista. Aí tudo se subordina ao lucro, ao interesse e o dinheiro desempenha o papel predominante, parecendo constituir o verdadeiro fim para que se vive e se labuta. Como exemplo flagrante da avidez do dinheiro e da posição social dada por ele, temos Jenny Treibel, que apesar de nascida na pequena mercearia de Adlerstrasse, pelo rumo que dá à sua vida, pela sua maneira de ser, pode considerar-se uma criatura pertencendo ao meio da alta burguesia.

EÇA DE QUEIROZ escolhe também para tema da sua obra a sociedade burguesa do tempo. O PRIMO BASÍLIO é um soberbo quadro da vida portuguesa de então, bem observado, composto com arte perfeita e processos técnicos de que o autor teve entre nós a primazia. Porque a vida de Lisboa concitava, decerto, maior interesse que a da província, gravou-se fortemente na atenção pública.

O pensamento central de O PRIMO BASÍLIO é o da dependência do homem, na sua vida interior e social, do meio ambiente.

Como na obra alemã, é uma grande cidade o centro em que se desenrola a acção do romance e os seres que nela vivem são criaturas que, na generalidade, modificou, tornou frívolas, superficiais, interesseiras e, por vezes, pouco escrupulosas.

A importância dada à posição social não é tão grande no romance português como a que Fontane dá em FRAU JENNY TREIBEL.

Mas notamos também o prestígio que essa posição exerce no homem e, ainda mais, o papel preponderante do dinheiro.

A influência que Basílio exerce, deve-a especialmente ao facto de ter enriquecido no Brasil, de ter viajado pela Europa, pela América, pelo Oriente e ainda de se vangloriar dos seus conhecimentos e das suas arriscadas aventuras em países longínquos. *Era curioso. Ia pela manhã um bocado ao Santo Sepulcro; depois d'almoço montava a cavalo . . . Não se estava mal no hotel, inglesas bonitas . . . Tinha algumas intimidades illustres . . . Falava d'ellas, devagar, traçando a perna; o seu amigo o patriarca de Jerusalém, a sua velha amiga a princesa de La Tour d'Auvergne! Mas o melhor do dia era de tarde — dizia — no Jardim das Oliveiras, vendo defronte as muralhas do templo de Salomão, ao pé a aldeia escura de Bethania onde Martha fiava aos pés de Jesus, e mais longe, faiscando imóvel sob o Sol, o mar Morto! E ali passava sentado n'um banco, fumando tranquilamente o seu cachimbo!*

E todo esse prestígio de que ele se faz rodear, prestígio de homem rico e viajado, conhecedor de todos os recantos de Paris, torna-o aos olhos desses entes fúteis da sociedade lisboeta de então, um ser de eleição. Basílio simples mortal ao ir para o Brasil em busca de fortuna, volta ao seu país devido à riqueza adquirida, como alta individualidade, e a sua chegada é anunciada nas *interessantes notícias do nosso high-life.*

A impressão que Basílio deixa de início em Luísa é devida ao seu chic, à sua conversa mundana às suas alusões constantes a Paris. *Em Paris! Que deliciosas, que frescas as toilettes daquele verão! Oh! mas em Paris! . . . Tudo é superior! Por exemplo, desde que chegara ainda não pudera comer! Positivamente não podia comer! Só em Paris se come.*

E essa influência é de tal maneira grande que Luísa junto de Basílio, envergonha-se dos amigos do marido, julga-se diminuída aos olhos do primo e *pareceu-lhe que as ligações do casamento lhe tinham trazido um pouco o plebeísmo das convivências.* A aparência exterior de Basílio, os seus conhecimentos, o seu requintado gosto à parisiense, conseguem fazer dele um herói aos olhos de Luísa e abrir caminho aos acontecimentos que se seguem.

Curiosíssima, sob o ponto de vista social, a figura do Conselheiro Acácio, cioso do seu título, pomposo, doutoral. *Fora outrora, director-geral do ministério do reino e sempre que dizia El-Rei! — erguia-se um pouco na cadeira Os seus gestos eram médios, mesmo a tomar rapé. Nunca usava palavras triviais. Citava muito. Era autor.* Esta figura é uma das que se torna mais familiar na obra de Eça, embora não seja especificamente portuguesa.

O *conselheirismo burocrático* é universal. Examinando a figura do Conselheiro Acácio, verificamos que ser Conselheiro é sinónimo de ser pomposo,

doutoral, tratar com altanería os subalternos e com servilismo os superiores, fazer da vida uma repartição e do protocolo profissional um mandamento.

Mas esses defeitos não são exclusivos do conselheirismo português. Fontane também critica, com ironia, o conselheiro do comércio Treibel e, ainda mais do que este, Fran Treibel, que também é conselheiro, visto que o título do marido aproveita à mulher.

Nas mais pequenas frases proferidas pelo Conselheiro Acácio, notamos a preocupação pela ostentação, a tola vaidade, embora pretensamente velada pela modéstia. *Na minha sepultura não quero elogios. Se os meus amigos, os meus patrícios entenderem que eu fiz alguns serviços, têm outros meios para os comemorar: lá têm a imprensa, o comunicado, o necrológio, a poesia mesmo!*

Eça apresenta-nos todo esse viver cidadão, em que o homem não tem o privilégio de gozar a sua liberdade individual, porque a sociedade o domina tornando-o um escravo do meio a que pertence, manietando-o por completo. Se é pobre, ocupa uma posição subalterna, é obrigado constantemente a submeter-se, a curvar-se; se é rico, tem de cumprir um sem número de etiquetas, praxes e ritos.

O que é a sociedade mundana, o que ela tem de egoísmo, mesquinhez, futilidade e de imoral, diz-nos Eça através da figura de Basílio. É ele o símbolo dessa sociedade amoral e entorpecida, que tudo aceita e permite e em que parecem existir apenas duas finalidades essenciais: a do gozo e a do lucro.

Lúisa personifica a tendência mórbida duma época. É a mulher que sonha a vida por Feuillet, que tem um secreto ideal de grande elegância e a quem causa tédio profundo a vida doméstica.

Julião é o pobre a quem a vida nega os seus bens. É o tipo do homem inteligente e cheio de aptidões, mas a quem uma sociedade mal formada, onde quase exclusivamente vencem os que nada valem, nega tudo e transforma num descontente, num carácter azedo e descrente de tudo. *E esperava, com a tenacidade do plebeu sofrego, uma clientela rica, uma cadeira na Escola, um coupé para as visitas, uma mulher lou a com dote. Tinha a certeza do seu direito a estas felicidades, e como elas tardavam a chegar ia-se tornando despitado e amargo.*

Em VANITY FAIR, o âmbito é mais vasto do que em FRAU JENNY TREIBEL e em O PRIMO BASÍLIO, pois abrange todas as camadas sociais: a aristocracia, a burguesia e o povo.

O problema central desta obra é a vaidade social. O mundo é uma feira e os homens fantoches que nela se movem. *But my kind reader please to remember that this history has VANITY FAIR for a title and that VANITY FAIR is a very vain, wicked, foolish place full of all sorts of humbugs and fulseness and pre-*

tensions. São estas as palavras que THACKERAY logo de início diz e é bem numa feira de vaidades mundanas que ele faz mover os personagens do seu romance.

Mais ainda do que nas duas outras obras, nota-se em VANITY FAIR a pressão exercida pela sociedade no homem.

Todos os grupos que compõem o mundo criado por Thackeray — os Crawley, os Sedley, os Osborne, lord Steyne e mesmo os O'Dowds, — estão unidos pela influência deslumbrante de Rebecca Sharp. É em volta dessa figura feminina, um misto de inteligência, beleza e perversidade, que se vêm mover os diversos personagens, fantoches dessa feira de vaidades.

Como em FRAU JENNY TREIBEL, há em VANITY FAIR a preocupação do dinheiro, a força motriz da sociedade. É ele que faz ascender aos mais altos cargos, é por ele que se cometem as maiores vilanias e é ainda ele que faz esquecer e perdoar tudo. Mas a par dessa preocupação há outra, que é a da casta. A classe aristocrata, com todos os seus pergaminhos, os seus preconceitos, as suas ideias de ostentação, tem em vista manter sempre uma aparência brilhante, embora moralmente nada valha. A burguesia enriquecida, ciosa das suas prerrogativas, pretendendo nivelar-se com os nobres, é arrogante e má para aqueles que sente numa posição inferior. Ainda a média burguesia, desejosa de alcançar um nível superior, é capaz das maiores vilanias para atingir o fim almejado. Temos em Rebecca um exemplo frisante desse tipo.

Becky Sharp, curiosíssima figura de mulher, não é uma heroína, por ser precisamente o contrário, mas é ela que dá ao romance um interesse fundamental.

Rebecca, essa jovem vinda dum meio boémio bastante duvidoso, consegue, graças à sua inteligência, ao seu poder persuasivo, à sua astúcia e hipocrisia, aliada a um cândido aspecto físico, alcançar pelo casamento, posição de destaque na aristocrática sociedade inglesa. *Get me a situation* — é o que diz Becky ainda no colégio de Miss Pinkerton. E na procura e no alcance dessa *situation* se arrasta a vida de Rebecca e bem assim a daqueles que a seguem. Todos os seus actos, argutamente estudados, têm um fim, quasi sempre coroado de êxito.

Vemos em VANITY FAIR toda uma sociedade, constituída na sua maior parte por pessoas egoístas, inclinadas a seguir os seus prazeres ou devotadas à tarefa de manterem aparências. Dinheiro e posição social elevada significam tudo para Mr. Osborne, com a sua pomposa ostentação e estúpida vaidade, para o velho Sir Pitt, dum conscienciosamente cínico ponto de vista, afecta desprezá-los, para o seu necessitado irmão e cunhada da Reitoria, para a sua irmã de Brighton e para o seu intolerável filho Pitt.

Como em FRAU JENNY TREIBEL, vemos viver em VANITY FAIR uma série de famílias bastante representativas da sociedade inglesa. Temos de um lado os Crawley, representantes da aristocracia, família bastante numerosa, apresentando grande diversidade de caracteres. *Among the most respected of the names beginning in C, which the Court Guide contained in the year 18, was that of Crawley, Sir Pitt, Baronet, Great Gaunt Street, and Queen's Crawley, Hants. This honourable name had figured constantly also in the Parliamentary list for many years, in conjunction with that of a number of other worthy gentlemen who sat in turns for the borough.* E os diversos membros dessa família, de nobre hierarquia, comportam-se na sociedade de um modo bastante especial. Se perante o mundo pretendem manter um certo aspecto, que a sua nobreza exige, a sua vida particular é cheia de marcas torpes. Sir Pitt, o rico *Baronet, was a philosopher with a taste for what is called low life.* Sem preconceitos alguns, abusa da sua elevada posição para se entregar aos mais baixos vícios, convivendo e acamaradando com pessoas da pior condição. O seu casamento com Rosa Dawson, filha de comerciantes, a maneira desprezível como a trata, mostra-nos o carácter desse nobre, a quem a sociedade nada nega. *So he used to get drunk every night: to beat his pretty Rose sometimes: to leave her in Hampshire when he went to London for the parliamentary session, without a single friend in the wide world.*

Mas ainda referindo-se a Sir Pitt, Thackeray diz-nos neste pequeno passo a preferência da humanidade pelos títulos e pelos bens materiais, os únicos bens que marcam na vida mundana: *But a title and coach-and-four are the more precious than happiness in Vanity Fair: and if Harry the Eighth or Bluebeard were alive now, and wanted a tenth wife, do you suppose he could not get the prettiest girl that shall be presented this season.*

O autor não só define o carácter desse nobre debochado e bêbado . . . *in a word the whole baronage, peerage, cammonage of England, did not contain a more conwing, mean selfeh foolish disreputable old man,* mas também a vaidade da *trademan's daughter*, que ascendeu à aristocracia e que sofre as consequências humilhantes dessa ascensão. Mas na feira das vaidades, que é o mundo, tudo se suporta, conquanto se mantenha uma alta posição social. É mais uma vez a imagem do homem escravo da sociedade.

A miss Crawley, a original irmã de Sir Pitt, são admitidas todas as excentricidades, devido ao dinheiro que possui. *Sir Pitt had an unmarried half sister who inherited her mother's large fortune . . .* E o peso da sua fortuna justifica a maneira cheia de deferência como é tratada em Queen's Crawley pelo irmão e pelos sobrinhos. *Miss Crawley was, in consequence an object of great respect, for she had a balance at her banker's wick would had made her beloved anywhere.*

Com que ironia Thackeray critica essa maneira de o homem julgar o seu semelhante pela posição social que ocupa e, ainda mais, pelo dinheiro que possui! *What a dignity it gives an old lady, that balance at the banker's! How tenderly we look at her faults she is a relative (and may every reader have a score of such), what a kind good-natured old creature we find her!*

Socialmente, Miss Crawley vale por ser uma nobre; mas vale muito mais aos olhos dos seus porque *she possessed seventy thousand pounds.*

Rawdon, o oficial de dragões, que só sabe jogar e bater-se em duelos, sem nenhum valor intelectual e moral, tem a salvaguarda-lo a amizade da tia rica.

Pitt, o suposto estadista, ambiciona riqueza, posição de destaque na vida política, mas quer passar aos olhos do mundo por um puritano. *What is money compared to our souls?*

Thackeray apresenta-nos toda a nobre família dos Crawley como seres amoraís, crivados de defeitos, capazes das mais torpes acções. Observamos nesses aristocratas, a mesma luta pela vida, a mesma preocupação pelo dinheiro, por vezes até o rebaixamento moral para poder manter uma posição que só esse dinheiro dá, a mesma preocupação que se nota em camadas sociais que lhe ficam abaixo. Mas aos primeiros, resta-lhes o brilho magnífico da nobreza, a possibilidade de socialmente poder marcar, embora no íntimo não tenham valor algum.

O velho Osborne personifica a vaidade do homem que se rodeia de um ambiente de riqueza, para quem os sentimentos nada valem. A sua atitude para com os Sedley é abominável. A raina destes, equivalente a um abaixamento de nível, leva o tolo Osborne a pôr de parte não só o amigo, como procurar impedir o casamento de George com Amélia. A mesma mania de ostentação e de vaidade se nota nos outros membros da família Osborne.

Por outro lado, vemos os Sedley, que vivem facilmente no esplendor, mas que não oferecem resistência à desgraça. Deixam-se levar ao sabor da corrente, sem procurar qualquer resistência. Sabem ser ricos, sabem gozar os bens que a fortuna proporciona, mas são fracos, sem personalidade nem vigor, na mudança brusca da grandeza para a miséria.

A posição e a riqueza de Lord Steyne desculpa os seus vícios, a sua dureza, o egoísmo.

Thackeray dá-nos em VANITY FAIR todo um mundo de grandezas vãs, de ambições, de vícios, de falsidade e pretensões: um mundo em que os bons são fracos e sucumbem e em que os maus são vitoriosos.

(Continua).

S Y L V I A C R A T O M O N T E I R O

Regresso

Deixem-no pasar, por favor;
Ele vem cansado,
O seu caminho foi longo...

Desde manhã cedo
As aves que cantam
O Sol e o prado
E a brisa do mar
Trouxeram com eles
O teu cartão de visita.

Mas eu não queria visita anunciada...

Podias entrar sem bater
Beber da minha água
E comer da minha comida.

Descansa!

... E enquanto adeja
Em volta de nós
Este socego tranquilo
De um retorno desejado
Vou contar-te histórias
Para embalar o teu sono
Afugentar do teu pensamento
Roças, secas, sol ardente,
Fuba,
Terra-Longe!



T E R E N C I O A N A H O R Y

Chuva de Agosto

(CONTO)

U MA atmosfera pegajenta, como só acontece nos dias que precedem as grandes chuvas de Agosto, amortalhava a ribeira. Parecia que o céu se unia à terra, àquela terra boa e generosa, num abraço de calor molhado, sufocante, que vinha de um ror de nuvens carregadinhas de umidade que cavalgavam por cima do vale, como alimárias desenfreadas, sem deixar cair pingo d'água. Um relâmpago cortou o céu em requebros de centopeia, seguido de um grande estrondo. O trovão reboou pela ribeira, cresceu, ganhou fôrça, e, entrechocando-se pelas vertentes, desabou sobre a povoação. Lá longe as cumieiras da Rocha Grande devolveram o eco num rugido sinistro.

Simão Toca estava sentado no alto do cabeço. Olhou para o céu, semicerrando os olhos feridos pela intensa claridade. Quedou-se assim por algum tempo, vasculhando as nuvens com a vista, a abanar a cabeça devagarinho, devagarinho, como quem escuta uma conversa com atenção. Aquilo era linguagem de chuva de Agosto que não tardava a cair. O que o aborrecia era a questão do dique. Tinha feito uma plantação mesmo no meio da ribeira e a única esperança de a salvar era o dique ficar pronto antes de as-águas. Simão Toca fez um sinal a André, que andava perto, metido numa moita. André aproximou-se

— Boas horas, nhô Simão — disse numa voz despreocupada. Simão Toca mal lhe respondeu e continuou ali especado, numa posição característica, pernas afastadas, mãos debaixo do queixo, apoiadas numa bengala de nós grossos que se espetava verticalmente no chão, direita como fio de prumo. Simão Toca repuxou os olhos para cima e encarou André.

— Então, esta obra no dique fica pronta antes da chuva de Agosto, não? — André rodeava o boné entre as mãos.

— Trabalho vai indo nhô Simão, vai indo — respondeu. — Dificuldade é o dique ter de passar dentro da propriedade de Djoquinha de Nhuto no lado norte. Simão Toca mal ouviu a resposta. Levantou-se de repente, como que sacudido por uma ideia luminosa e apontou para a ribeira.

— Olha ali, André, olha-me para aquele milheiral lá em baixo. Não notas nada? André fez um aah! inexpressivo, como quem não conseguia perceber. Ali moço — ali no caminho do dique. É aquela rocha, moço, é aquela rocha. Basta um fogo de dinamite para a deitar abaixo. Desviamos a rota da ribeira e nem é preciso acabar o dique no lado norte. André só então percebeu para onde Simão Toca apontava. Olhou para ele, olhou para a rocha, voltou a olhar para ele e arriscou numa voz hesitante:

— Mas nhô Simão aquele milheiral é já dentro da propriedade de Djoquinha de Nhuto e se a gente der fogo ele não vai ficar contente. Pode até dar contenda judicial.

Simão Toca voltara a sentar-se. Deu uma gargalhada e estendeu o braço para André.

— Qual contenda, qual quê! Eu tenho Djoquinha de Nhuto dentro da minha mão. Assim, — disse, carregando na última sílaba e fechando o punho num gesto significativo. Dentro da minha mão — ouviste? André pediu licença e afastou-se lentamente. De longe Simão Toca ainda lhe gritou:

— Passa pela ribeira e põe os homens a trabalhar bem. Quero o dique pronto antes da chuva de Agosto.

Simão Toca ficou só. Fazia aquela peregrinação todos os dias, num hábito antigo. Subia por um caminho de cabras e ia assentar-se no alto do cabeço, de costas voltadas para o poente, à espera da hora em que o sol descia na linha do horizonte. Ele gostava de contemplar A LAPA à boquinha da noite, quando o sol se punha e envolvia a propriedade em lampejos de fogo. Sentia-se poderoso e compensado de todos os seus esforços.

O sol acabava de descer no mar. Simão Toca levantou-se de um pulo movido de estranha energia. A LAPA parecia irreal. Era um mar vermelho cheio de cintilações e ondular a todo o comprimento do vale. Simão Toca alongou a vista e abrangeu A LAPA. Ocupando o vale inteiro, à excepção das terras

de Djoquinha, a propriedade trepava pela encosta da Rocha Grande numa exploração de canal e bananeira. Tudo aquilo era dele — pensou —. Tudo menos as terras de Djoquinha. Pouco a pouco a noite foi envolvendo a ribeira. Simão Toca olhou mais uma vez para A LAPA e, absorto, pôs-se a caminhar ladeira abaixo.

*
*
*

— Pedrinho! — berrou Simão Toca lá de dentro. Desde manhã cedo que Simão Toca andava fechado naquela sala a remexer numa data de papeis e a tomar notas num livro encadernado em papel azul, com a lombada e os cantos vermelhos. Com a atenção concentrada sobre a coluna do HAVER, olhava para os papeis, depois para o livro e ia engrossando as parcelas com cifrões e zeros desenhados em caracteres corpulentos. Passava já das seis da tarde quando ele se levantou da secretária de mogno e se dirigiu para o cofre-forte, arrastando penosamente o pé esquerdo pelo soalho encerado. Meteu a papelada num compartimento e deu um safanão no cofre que se fechou com um estalido seco.

— Pedrinho! — voltou a berrar, enquanto se sentava, com uma careta e um gemido, na cadeira de baloiço, mesmo ao fundo da sala. A porta que dava para a varanda ganiu, entreabrindo-se, e a cabeça pelada de Pedrinho penetrou na penumbra da sala, com os olhos muito abertos e mortiços, num jeito alvar.

— Nhô S'mão chamou-me? — gaguejou Pedrinho, babando saliva entre os dentes.

— Toma este bilhete e vai levar a Djoquinha de Nhuto. Vai num pé e vem noutro. E lembra-te — ajuntou Simão Toca — que lho deves entregar em pessoa.

Pedrinho não quis ouvir mais nada. De um salto saiu do quarto, deu um encontrão na porta, num espavento, e calçou o caminho que ia dar a casa de Djoquinha. Pedrinho raras vezes passava por aqueles sítios, mas quando ia dar um recado a Djoquinha era sempre de boa vontade que o fazia. Gostava de ver Biúca, a filha de Djoquinha. Às vezes ela estava ao pé do tanque a lavar a roupa, como da outra vez que ele tinha lá ido. Nessas ocasiões Pedrinho acercava-se charutinho, metia-se entre os pés de bananeira e deitado de barriga no chão, com as mãos debaixo do queixo, ficava-se a olhar, a olhar, enquanto Biúca batia a roupa na borda do tanque, com os joelhos no cimento e as pontas da saia atadas atrás das costas. Um dia Biúca tinha-o descoberto naquela malandrice e tinha-lhe dito: — Moço segue o teu caminho e não estejas a espiar as pessoas.

— Pedrinho ainda se envergonhava ao recordar-se de que Biúca o tinha surpreendido daquela maneira. Mas sempre que se lembrava de Biúca — e isso acontecia muitas vezes — era nessa posição que a via. E sentia então uma coisa estranha a tomar-lhe conta do corpo. Pedrinho continuava no seu caminho com o pensamento tomado na Biúca. (Ela estaria na borda do tanque com as pontas da saia atadas atrás das costas?). Pedrinho desatou a correr de um fôlego, até a casa do Djoquinha.

*

* *

Nem viv'alma no cercado, nem Biúca a lavar a roupa no tanque. Também já era tarde e fazia escuro. Pedrinho bateu a porta. Apareceu Djoquinha em pessoa. Pedrinho rebuscou nos bolsos e estendeu-lhe o bilhete.

*

* *

Djoquinha de Nhuto recebeu o papel com uma tremura nos joelhos. Não conseguia aguentar se de pé porque um calafrio lhe percorria o corpo como se ele se fosse esvaír. Puxou do mocho que estava debaixo da mesa e sentou-se. Nem precisava abrir o bilhete para saber do que se tratava. Conhecia nhô Simão demasiado bem para saber qual era a sua intenção. Nhô Simão não era homem para dar ponto sem nó, não. Ele podia fazer um favor a um cristão num aperto, mas era pessoa que tirava logo recompensa disso. E lembrou-se que fora assim que as propriedades de José Bebiana, de Julinho de Guida e de tantos outros tinham passado para a posse de nhô Simão. A tremura continuava-lhe. Djoquinha olhou com o rabo do olho para Biúca, que girava de um lado para o outro na tarefa da casa, com medo que ela notasse a sua fraqueza de homem. No quarto ao lado Chiquinho gemeu em voz baixa e chamou por Biúca. Depois esta sumiu-se lá para dentro resmungando qualquer coisa parecida com febre. E sentiu Biúca a abrir a prateleira. Depois ficou só, com o bilhete nas mãos, sentado ali a pensar em Isabel, companheira de tantos anos, que Deus tinha. E sentiu-se ainda mais só, com um vazio por dentro. Fizera tudo para a salvar daquele ataque, mas vontade de Deus tinha sido mais forte. Nem pudera falar com ela antes de morrer. Aquela coisa tinha-lhe dado ali de repente, no meio daquele quarto. Isabel estava de pé a varrer o soalho e ele estava assentado naquele mesmo mocho e naquele mesmo lugar a acender o candeeiro porque já fazia escuro. Isabel deu

um ronco esquisito e Djoquinha assustou-se quando a espiou e lhe viu os olhos arregalados a quererem sair das órbitas. Ela ainda abriu a boca três vezes como para dizer qualquer coisa, mas depois começou a morder a língua e caiu com trúpida no chão a espumar pela boca e a dar esticões para a esquerda e para a direita como rabo de lagartixa. Depois viu Biúca que veio a correr do quarto de cama e Chiquinho abraçado a ela a chorar. Biúca deu um grito como ele nunca tinha ouvido. Então começou a entrar povo para dentro de casa e ele saiu a correr desarvorado para a povoação para ir buscar o dr. Sant'Ana. Quatro dias e quatro noites Isabel esteve naquela agonia, até que morreu, branca como cal. Dr. Sant'Ana, honra lhe seja feita, esteve ao pé dela durante todo esse tempo, mas nada pôde fazer apesar de todos aqueles remédios caros. Foi então que ele se socorreu em nhô Simão pela segunda vez. Dr. Sant'Ana, disse depois, com a sua sapiência, que aquilo era do mau costume de tapar ferida com bosta de cavalgadura. E ele agora estava ali, sòzinho, sem Isabel, e com aqueles dois filhos para criar. Biúca já ia fazer dezassete anos, mas Chiquinho era tão novinho quando Isabel lhe faltou que estava a criar mirrado.

Djoquinha desdobrou o bilhete lentamente e leu-o. A sua expressão não se alterou.

— Biúca — chamou em voz alta. Biúca apontou a cabeça na porta. Chiquinho continuava a gemer em surdina.

— Vou tratar de um assunto com nhô Simão —.

— Sim, papai — respondeu Biúca.

Djoquinha de Nhuto pegou do boné e saiu.

*

* *

Djoquinha parou mesmo à beira do portal. Nero rosnou, farejando presença estranha. Dando um esticão na corrente, assomou a cabeça latindo com fúria e assentando as patas dianteiras no muro que cercava a casa. Djoquinha recuou instintivamente, apanhado de surpresa. Alguém gritou o nome do cão e o bicho serenou mas continuou a olhar para Djoquinha com as orelhas espetadas e um ronco surdo dentro da garganta. Através da luz que vinha do interior da casa, Djoquinha viu uma figura a passar de um quarto para o outro... Pedrinho apareceu no portal atraído pelo alarido. Djoquinha deu-lhe fala.

— Preciso falar com nhô Simão Toça, moço. Diz-lhe que é Djoquinha de Nhuto que está cá.

O rapazinho sumiu-se pela porta de entrada e pouco depois reapareceu, chamando Djoquinha com as mãos. Djoquinha entrou e deu de cara com nhô Simão.

— Dá licença, nhô Simão? — disse Djoquinha descobrindo a cabeça. Desculpe vir incomodar você a esta hora, mas tive a pensar que o melhor era eu vir falar com nhô Simão por causa daquele bilhete. Nhô Simão estava assentado por detrás da secretária. Olhou para Djoquinha e disse-lhe, indicando-lhe uma cadeira:

— Ó homem, o assunto é urgente mas não era preciso tanta pressa. É questão que se podia tratar amanhã perfeitamente. Djoquinha ajeitou-se na cadeira, inclinou a cabeça para a frente a fitar o chão e ficou a rodar nervosamente o boné entre as mãos, por cima das pernas cruzadas, a fingir uma tosse que não tinha. Simão Toca pôs-se a mexer nos papéis que tinha em cima da secretária.

— Sabe, nhô Simão, — começou Djoquinha —, há coisas por que um homem passa na vida, mas sem ser por vontade dele. Se não fosse a seca de há dois anos e a doença de Isabel eu não estaria metido nesta camisa de onze varas que me tem encalacrado. Não tenho podido cumprir os meus compromissos e tenho de facto descuidado os juros em atraso. Mas... se você esperasse até depois da chuva de Agosto eu pagaria os juros em atraso com a colheita.

Djoquinha pigarreou, pretendendo um à vontade que só era aparente.

Nhô Simão Toca levantou-se com uma mão apoiada na secretária e outra na bengala, arrastando a cadeira para trás com o corpo, e encarou Djoquinha de frente.

— Djoquinha, — disse nhô Simão —, já é tempo de a gente falar claro. Esta história da colheita já é velha. O ano passado foi a mesma coisa. Estou a fazer um dique na ribeira e preciso de dinheiro. Francamente, Djoquinha, eu não queria que isto desse contenda — francamente! Mas se até amanhã não me vens pagar os juros perdes a propriedade. — Simão Toca fez silêncio e ficou a observar os efeitos das suas palavras na expressão de Djoquinha. Djoquinha fitava o chão com o espirito enxovalhado.

Simão Toca, triunfante, fez então o ataque final.

— Não te dou mais prazo. Só espero até amanhã. A não ser... bom... a não ser — continuou nhô Simão de um sópro — se quiseres mandar cá a Biúca pagar a tua dívida.

A canalhice de Simão Toca estampava-se-lhe no rosto. Djoquinha cheio de vergonha nem murmurou palavra, atacado naquele ponto de honra, sem moral para reagir.

* * *

Djoquinha de Nhuto deixou Simão Toca sem coragem para voltar para casa. Meteu-se pelo carreiro que ia dar à povoação. Levava a cabeça aturdida e sentia vontade de se sumir pela terra abaixo. Pouco tempo depois estava na vila e foi bordejando pela rua que ia dar à loja do Quito. Quito olhou para ele espantado e disse:

— Ó homem, vens com cara de quem raio assombrou. Vá, assenta-te em cima deste saco e toma meio-decilímetro duma vez que isto te passa. Djoquinha bebeu longamente, deixando só um restinho no fundo da caneca, que atirou depois para o chão. Bebeu outra caneca e mais outra e outra, até que ficou com a cabeça enevoada. Saiu a cambalear da loja do Quito e rumou para casa.

Tinha começado a cair uma chuva miúdiinha que entranhava no corpo. De vez em quando o trovão reboava e um raio acendia um facho no céu. Djoquinha abrigou-se debaixo dum paredão. A proposta de nhô Simão não lhe saía da cabeça e sentia-se envergonhado de si próprio por não ter reagido. A chuvinha desanuviara-lhe a cabeça e pouco ia-lhe aclarando as ideias. Aquele bocado de terra era seu sustento, sustento de Biúca e sustento de Chiquinho. Se nhô Simão lho tirasse era uma desgraça. Ficava como José Bebiana e Julinho de Guida que nhô Simão tinha deitado na miséria. E se ele mandasse lá a Biúca como nhô Simão lhe tinha dito? Talvez ninguém soubesse. Aquilo ficaria entre ele e nhô Simão. Biúca também não falaria concerteza. Não, ele nem tinha o direito de pensar nisso. Admirava-se de estar a pensar daquela maneira, de ter posto aquela hipótese. Tinha de arranjar outra saída. Mesmo que ele voltasse lá a nhô Simão e caísse de joelhos e lhe implorasse de mãos postas um adiamento até chuva de Agosto. Mas, não. Nhô Simão era intransigente naquele ponto. Não esperaria nem mais um dia.

Ele já tinha conversado com Biúca sobre a sua dívida com nhô Simão e o perigo em que ele estava de perder as terras. Biúca falava pouco e ficava calada a ouvir. Mas entendia as coisas. E lembrava-se de que Biúca uma vez lhe viera fazer queixa dizendo que quando fora vender ovos n'«A LAPA», nhô Simão lhe deitara as mãos e quisera apalpá-la. Desde então ficou cheia de medo e nunca mais quis lá voltar. Passou a vender os ovos na povoação. Djoquinha na altura não tinha ligado importância ao facto e atribuíra aquilo mais à imaginação de Biúca. E só então é que ele se tinha lembrado de olhar para Biúca. Não tinha notado a transformação que se tinha dado nela. Devia ser o hábito de a ver todos os dias. Mas Biúca estava de facto uma mulher. Tinha ancas e seios de mulher e uma cara engraçada. Sim, senhor, até muito parecida com Isabel.

*

* *

Djoquinha aproveitou uma aberta para sair debaixo do paredão. Continuou a tomar o rumo de casa. Biúca estava assentada no degrau da meia-porta e assim que viu Djoquinha chegar levantou-se.

— Demoraste tanto, papai, que eu estava em cuidado. E Chiquinho não está nada melhor. Falaste a nhô Simão? Ele não nos vai tirar as terras, não é?

Djoquinha esquivou-se à pergunta.

— Vamos lá para dentro — disse —. Assim falamos melhor.

Djoquinha foi à frente e Biúca seguiu atrás dele. Continuava a chuvejar mansinho. Djoquinha arredou o mocho e sentou-se. Biúca ficou encostada a um canto, com as mãos cruzadas em cima do peito.

— Foste falar com nhô Simão por causa da terra, papai?

— Sim, por causa da terra, mas aquele malvado não quis esperar até chuva de Agosto. Amanhã vai tirar-me o vosso sustento. Não sei o que vamos fazer Biúca. Sabes o que é que aquele desavergonhado me disse?

Djoquinha levantou-se do mocho e recostou-se na cama. Com o calor que estava dentro da casa, a aguardente voltava a pesar-lhe na cabeça.

— Sabes o que é que aquele desavergonhado me disse — repetiu mais uma vez com a língua presa. Que te mandasse lá pagar os juro com o teu corpo.

Djoquinha depois ficou calado e as pálpebras caíram-lhe pesadamente sobre os olhos numa prostração. — Vamos perder as te . . — Djoquinha já não conseguiu acabar a frase.

*

* *

A chuva parecia ter dobrado de intensidade. Biúca não dormiu toda a noite. Não podia ver o pai a sofrer daquela maneira, com uma corda na garganta. Ficou deitada no chão ao pé de Chiquinho, a pensar nas palavras de nhô Simão até que o galo cantou. Sentiu Djoquinha a rressonar no quarto ao lado. Levantou-se, abriu a janela e espreitou. Chovia ainda. Fechou a janela e abeirou-se de Chiquinho. Dormia profundamente. Agasalhou-o, e com pé leve deu uma volta pela casa. Protegeu a cabeça com um saco de serapilheira e saiu.

*

* *

Pedrinho estava na varanda quando viu Biúca entrar. Viu-a andar encostada à parede e parar por debaixo da janela do quarto de nhô Simão, olhar para um lado e para outro e desaparecer pela porta de entrada. Pedrinho desceu as escadas da varanda. E ficou de olhos muito abertos, sem compreender o que estava Biúca a fazer na casa de nhô Simão àquela hora da manhã. A chuva caía mais forte até que se desprende do céu em cordas de água. Caía rija como ele não se lembrava. Era chuva de Agosto que tinha chegado.

F R A N C I S C O L O P E S

o único impossível

Para Baltasar Lopes

Mordaças
A um Poeta?!

Loucura!

E por que não
Fechar na mão uma estrela
O Universo num dedal?
Era mais fácil
Engolir o mar
Extinguir o brilho dos astros.

Mordaças
A um Poeta?

Absurdo!

E por que não
Parar o vento
Travar todo o movimento?
Era mais fácil deslocar montanhas
com uma flor
Desviar cursos de água
com um sorriso.

Mordaças
A um Poeta?!

Não me façam rir!...

Experimentem primeiro
Deixar de respirar
Ou rimar... mordaças
Com Liberdade.

Pedido de perdão divino

Quando na noite de cansaço
O homem berrou
E o braço armou
(Não quis mais ser palhaço)
Deus não se comoveu.

Quando na noite sem estrelas
A mulher uivou
Da dor que a levou
Do pobre catre sem velas
Deus não se mexeu.

Mas quando na noite de fome
A criancinha gemeu
E empalideceu
Desesperos sem nome

Deus
Não quis mais ser Deus
Humildemente
Desceu à terra
E pediu perdão
Aos homens da Sua criação...

para além do desespero

Para Carlos Alberto Monteiro Leite

Para além do desespero...

Apenas a criança
Numa paisagem de nada.

A sua boca não ri
(Nunca soube
Que uma boca de criança
Foi feita para rir)

Os seus olhos não choram
(Não há lágrimas para além do desespero)

Os seus pés
Não correm atrás de borboletas
E as suas mãos
Não abrem covas na areia
(Não há borboletas nem areia
Numa paisagem de nada).

Para além do desespero...

Também minha revolta
Com cadeados nos pulsos.

O V I D I O M A R T I N S



Introdução a um estudo sobre a escravatura negra em Portugal

A) — Palavras preliminares

N A luta que o homem desde sempre vem travando com o fim de melhor se adaptar ao mundo em que vive, luta titânica cujos episódios constituem a História, ele tem lançado mão a instituições diversas, que variam conforme as épocas e as circunstâncias. Através de milénios, estas instituições vão marcando estádios bem definidos dentro da evolução para o mundo ideal. Umas, criadas devido às exigências de determinadas épocas, desaparecem mais tarde por já não serem necessárias, depois de terem desempenhado o seu papel; outras, revelam-se aptas a permanecer válidas, quaisquer que sejam as épocas ou sociedades. De entre essas instituições, uma das mais curiosas, não só pelo seu valor intrínseco que se reflectiu duma maneira decisiva no progresso da Civilização, como também pela sua longa permanência através dos séculos e pelos inúmeros problemas de natureza moral e religiosa que levantou, é, sem dúvida alguma, a ESCRAVATURA.

Desde que o homem, nos longínquos períodos pré-históricos, se sedentarizou e deu início à exploração da terra como fonte principal da sua existência, a escravatura aparece-nos como uma instituição fundamental. Ela apresenta-se sempre como uma necessidade de tal maneira premente que o homem não conseguiu pô-la de parte a-pesar-de cedo ter reconhecido o seu carácter desumano e anti-natural. No século passado, graças a um conjunto de circunstâncias políticas, sociais e — principalmente — económicas, foi possível levar a cabo um vasto movimento que teve como consequência a abolição desta tão controvertida instituição em diversos países do Ocidente europeu e da América. Mas a escravatura continuou a existir e hoje, infelizmente, ela ainda existe, embora extremamente localizada e revestindo aspectos diferentes.

A escravatura evoluiu profundamente através das épocas e das civilizações e podemos dizer que ela atingiu o seu ponto culminante em pleno Período Clássico, na Grécia e, principalmente, em Roma. Mais tarde, na Idade Média,

graças a factores diversos, como por exemplo a acção da Igreja e a influência do regime feudal, ela sofreu uma transformação bastante substancial e podemos dizer que praticamente desapareceu. No século xv, graças aos esforços dos povos peninsulares, começou a era das grandes explorações oceânicas, a qual trouxe consigo um revigoramento da escravatura. A sobre-humana tarefa que foi a colonização da América exigiu uma mão de obra capaz de resistir ao desgastante clima tropical e, assim, os colonizadores foram forçados a recorrer à escravatura dos povos primitivos com que entraram em contacto. Entre esses povos, os africanos foram utilizados em maior escala, o que deu lugar ao tão famoso *tráfico de negros*, o qual, tendo começado no século xv, só veio a ser abolido quatro séculos depois.

Muito debatido tem sido este tráfico. Examinando o problema desapassionadamente, podemos dizer que a escravatura negra impôs-se por ser talvez o único meio a que os colonizadores podiam lançar mão para fazer face ao problema da colonização da América. Este problema só podia ser resolvido com uma mão de obra ao mesmo tempo barata e resistente, capaz de aguentar o rude clima dos trópicos. Segundo o Professor Doutor Manuel Heleno, «nas colónias e nas regiões de economia dissociada, de trabalho penível, a escravidão aparece como uma necessidade de produção, a qual luta com a falta de braços assalariados» (1). Foi o que aconteceu no século xvi em relação ao Brasil e às Antilhas, onde, bem cedo, os portugueses e os espanhóis chegaram à conclusão de que era impossível aproveitar o trabalho dos indígenas locais. Por isso, tiveram de recorrer ao trabalho do negro africano, o qual, desde logo, se revelou bastante útil para o fim em vista. Aliás, no século anterior a mão de obra negra fora já utilizada na Europa, colhendo-se dela mais benefícios do que prejuízos. Todavia, nenhuma pessoa de bom senso deixará de reconhecer o que essa instituição teve de horrível, não só pelo seu aspecto anti-humano, como também devido ao facto de ter vibrado um golpe profundo numa raça inteira, a qual ainda hoje não conseguiu recompor-se por completo.

Segundo Edmundo Correia Lopes (2), o tráfico negreiro representou «um atentado contra as culturas africanas» e «a América é a grande obra da escravatura que obrigou a Civilização europeia a confessar a verdade do tráfico negreiro. Justifica-a?»

De facto, podemos perguntar se os fins justificavam os meios. A América inteira, essa projecção da Europa no Novo Continente, é uma obra grandiosa, de que todos os europeus se orgulham. Mas a sua construção implicou o sacrificio

(1) — Vide: *Os Escravos em Portugal*.

(2) — Vide: *A Escravatura: subsídios para a sua história* (Prolóquio pág. X e XI).

de uma raça e isto pode empanar um pouco o brilho da obra. Assim, à primeira vista parece que a conclusão deve ser negativa. O problema é muito subjectivo e de solução difícil, mas podemos tentar uma saída. Os diversos estádios do progresso humano ao lado do seu aspecto positivo apresentam um aspecto negativo: as grandes civilizações ergueram-se sobre as ruínas de outras precedentes e podemos dizer que todas as conquistas da humanidade neste seu incessante caminhar para a frente implicou sempre um sacrificio de um grupo, de uma comunidade, de uma ideia, de uma Nação ou de uma raça. O homem pagou caro o preço do progresso! Assim, a escravatura negra foi o pesado custo de uma das mais gloriosas etapas da nossa civilização. Mas desta vez devemos reconhecer que essa lei inexorável foi mais cruel do que em qualquer outra altura!

A obra levada a cabo era gigantesca e, por isso, exigia um sacrificio gigantesco. Populações inteiras foram arrancadas à força das suas regiões de origem e arrastadas através dos mares para paragens longínquas, onde o seu suor e o seu sangue fizeram desenvolver um continente fértil, o qual, desde então, passou a constituir um dos baluartes mais fortes da civilização ocidental.

Hoje, depois do triunfo das ideias abolicionistas, os descendentes do *rebanho humano*, cujo transporte de uma para outra margem do Atlântico se assemelha a uma ciclópica transumância, encontram-se integrados como cidadãos livres dentro das nações que eles ajudaram a criar. Mais depressa aqui, com maior dificuldade além, foram melhorando as suas incríveis condições de vida e se em certos pontos ainda não conseguiram tudo o que merecem, estão em vias de o conseguir. Este será mais um aspecto positivo da questão. Outra atenuante que podemos apresentar é o facto de que grande parte dos escravos transportados para fóra de África já era escrava no seu país de origem. Na própria América já existia também a escravatura antes da chegada dos europeus. Segundo M. Lengellé (3), «dans ces deux continents, seul le travail humain pourrait fournir l'énergie nécessaire. Les empereurs noirs et rouges, avant les colonisateurs, avaient su prendre leurs dispositions pour l'organiser».

Concluindo: a escravatura, através dos tempos, apresentou-se sempre como uma necessidade premente da humanidade. Só o aparecimento de determinadas condições permitiu a sua abolição. E a prova desta nossa afirmação reside no facto dela existir ainda nos nossos dias em regiões menos favorecidas ou menos desenvolvidas.

(3) — Vide: *L'Esclavage*, pág. 33.

B) — Introdução geral

1 — A escravatura antiga e a escravatura moderna: definição e bases teóricas.

A escravatura, como todas as criações humanas, sofreu profundas transformações através dos tempos, de modo a poder adaptar-se às estruturas económico-sociais de cada época.

Nas grandes civilizações orientais, na Grécia, entre os romanos, na Idade Média, ela teve características diferentes e quando a era da expansão geográfica e das grandes penetrações continentais trouxe o tráfico dos negros em grande escala, esta nova escravatura apresentou aspectos novos em relação ao que se verificara anteriormente. Assim, parece-nos lícito considerar a existência de uma *escravatura antiga* e de uma *escravatura moderna*, podendo até intercalar entre as duas uma *escravatura medieval*, embora reconhecendo que estas divisões não se podem tomar em absoluto. Como diz Edmundo Correia Lopes, (1) «não há propriamente escravidão antiga e moderna. Embora em declínio na Idade Média, a escravidão na guerra não foi abolida de direito».

A Idade Média aparece-nos como uma grande balisa entre a *escravatura antiga* e a *escravatura moderna*, como o período em que aquela, depois de ter passado por transformações sucessivas, entrou em decadência e, praticamente, desapareceu.

Duma maneira geral, a *escravatura antiga* e *medieval* apresentaram quasi sempre características mais benignas em relação ao tráfico que se seguiria aos Descobrimentos. Tanto na Grécia como em Roma e na Idade Média, a escravatura é, sim, exploração do homem pelo seu semelhante, mas os escravos tinham alguns direitos, especialmente durante o período medieval, como, por exemplo, o direito à propriedade, à sucessão e outros. Em Roma e na Grécia, os escravos eram praticamente considerados membros das famílias a que pertenciam e tratados o mais carinhosamente possível. Diz M. Lengellé (2) que «une servitude aussi douce avait une base exclusivement patriarcale», na medida em que não era apenas o dono quem lucrava com a compra do escravo: este «se joignait aux membres de la grande ville antique. Librement consentie, la servitude lui permettait de gagner cette place auprès d'un foyer dont aucun humain

(1) — Vide : *A Escravatura : subsídios para a sua história* (Prolóquio, pág. X).

(2) — Ob. cit. págs. 11 e 12.

n'aurait pu se passer alors». Na Idade Média, a mais baixa camada da estratificação social era constituída pelos servos e pelos escravos. Tanto uns como outros não eram pessoas de condição livre, mas os servos tinham maiores regalias em relação aos escravos. Estes, como na antiguidade, eram considerados coisas, e, por isso, susceptíveis de serem comprados, vendidos ou doados.

Gama Barros (1), citando Guérard, indica a maneira curiosa como a servidão evoluiu em França desde as invasões bárbaras até à abolição do feudalismo, através de três fases distintas. Sucessivamente, passou-se da *servidão pura* para a *servidão*, na qual a condição humana é reconhecida, respeitada, protegida, senão ainda de modo suficiente pelas leis civis, ao menos com maior eficácia pelas leis da Igreja e pelos costumes sociais» e, por fim, chegou-se a uma terceira fase, em que o servo se liberta do senhor, passando apenas a ser um tributário. Mas, segundo o autor, não devemos considerar estes três períodos como sendo compartimentos estanques, porque dentro de cada um deles se constata a existência de elementos dos outros.

A *escravidão pura* praticamente extinguiu-se no século XII. Nesta altura podemos dizer que a *escravatura antiga* chegou ao seu fim. Durante cerca de dois séculos, esta instituição caiu em profunda decadência, embora os escravos não tivessem desaparecido por completo. Os estados cristãos continuaram a ter os seus escravos mouros e, principalmente nas repúblicas italianas, o tráfico humano não deixou de ser intenso. Por outro lado, os mouros também possuíam escravos cristãos e nos portos do norte de África os traficantes continuavam a fazer negócios rendosos.

Nos séculos XV e XVI, abre-se uma nova fase para a história da escravatura: aquela a que se convencionou chamar a *fase da escravatura moderna*. A descoberta de novos mundos colocou os europeus em contacto com os mais diversos povos de raças exóticas e, duma maneira geral, em estados de civilização bastante atrasados. Estes povos, devido às suas próprias condições, apresentaram-se aos europeus, em primeiro lugar aos portugueses e espanhóis e, depois, aos ingleses, franceses, alemães e holandeses, como um óptimo manancial para o fornecimento da mão de obra tão necessária à tarefa que eles iam empreender. Logo aos primeiros contactos dos marinheiros do Infante com os negros da Costa de África, começaram a ser transportados para a Metrópole escravos capturados ou resgatados. Daí para diante, o transporte desses negros para Lagos ou Lisboa, foi aumentando, a ponto de um século depois dar lugar à complexa organização

(1) — Vide : *História da Administração Pública em Portugal*, Vol. II, Cap. II

dos «assientos», que estiveram na base da exploração da América espanhola, principalmente das Antilhas.

A escravatura passou então a apresentar aspectos muito diferentes. Essencialmente, vai basear-se na superioridade da raça branca sobre as raças americanas e africanas, principalmente estas, já que os índios tiveram a sorte de ver levantada a seu favor uma campanha que tendia à sua abolição. Sobre este assunto, diz M. Lengellé (1) «... l'esclavage va se répandre progressivement comme une critère de ségrégation du niveau de vie, le plus souvent à base racial. Dans la Cité antique comme, ultérieurement, dans le monde colonial de la plantation, les classes dirigeantes vont tirer des masses serviles l'énergie nécessaire pour produire des denrées dont maîtres et serviteurs ne peuvent bénéficier ensemble, faute d'une technique suffisante. Les dominateurs successifs vont ainsi puiser dans les races subjuguées les éléments de leur progrès. La seconde forme de l'esclavage découle, en quelque sorte de la première. Nous serions tenté d'écrire: elle n'en est que le prolongement normal, tant est jaloux et égoïste le coeur de l'homme en société». E assim como tinha dado à *escravatura antiga* a designação de «*simbiose*» vai agora apelar à *escravatura moderna* de «*parasitismo*» porque (2) «la première forme d'esclavage symbiotique, permettait au maître et aut serviteur de vivre l'un près de l'autre, se rendant mutuellement service. Au contraire, la seconde forme, parasitique, a vu le patron vivre au dépens de ses captifs».

Na verdade, estas duas formas de escravatura são totalmente opostas: os processos de obtenção de mão de obra são diferentes, os fins a que se destinam os escravos também divergem, o mesmo acontecendo em relação ao tratamento dado pelos senhores aos cativos. É certo que a escravatura negra também sofreu uma evolução no sentido de melhorar as condições de vida dos escravos. É certo que também se pôs em prática o processo adoptado anteriormente, segundo o qual um cativo podia ser liberto e passar à condição de homem livre. Mas, devido à própria rigidez do sistema, que procurava tirar o máximo rendimento dos escravos, estes, poucos ou nenhuns benefícios colheram dessa evolução.

Aos portugueses, por terem sido o primeiro povo europeu a entrar em contacto com as populações indígenas ao sul do Cabo Bojador, coube o resgate e a captura dos primeiros escravos desta segunda fase e, assim, deram início ao tráfico dos negros. Mas de forma nenhuma este facto pode justificar as calúnias que alguns autores estrangeiros tem lançado sobre nós.

(1) — Ob. cit. págs 5 e 6.

(2) — Idem, pág 6

Pretendem esses autores que foram os portugueses os inventores do tráfico de escravatura negra e os principais fautores do seu desenvolvimento e da sua continuidade. Ora, tal não é verdade, como já o provaram diversos autores portugueses, entre os quais se conta o Professor Doutor Manuel Heleno. (1)

Não fomos os inventores da escravatura negra, pois esta existiu durante toda a Antiguidade e mesmo na Idade Média. E, se contribuímos para o seu incremento e fomos um dos principais fornecedores de escravos, tal aconteceu devido à nossa primazia na exploração da costa ocidental de África e aos territórios que ali ocupávamos. E aconteceu que os nossos colonizadores foram, de entre todos, os que melhor trataram os escravos, nunca caindo nos excessos que foram cometidos pelos outros povos europeus, principalmente os ingleses e os franceses.

2 — A origem do termo «escravatura»

Segundo a «Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira» (2), falar de *Escravatura* em épocas anteriores aos Descobrimentos é um anacronismo «porque a palavra escravo não se empregava ainda em português». Durante a Idade Média, os vocábulos empregados para designar indivíduos pertencentes às camadas inferiores da sociedade foram mais ou menos os de que se serviram os romanos.

Gama Barros (3) indica-nos que estes termos eram *servus*, *mancipium*, *criatio* e *homines*.

Para Pedro de Azevedo (4), os dois primeiros são os mais importantes, principalmente *servus*, que foi o mais generalizado. Diz este autor que *servus* significava «primitivamente na língua do Lácio, guarda de casa e não, como se julgava, o prisioneiro que teve a vida salva para lhe aproveitarem o serviço. Azurara, que escreveu em 1453 ou 1454 a história do descobrimento da Guiné, trabalho que retocou em 1460, não conheceu, para designar o escravo, senão o vocábulo *servo*». Notamos que Azurara, na 1.ª parte da *Crónica* só se refere a *mouros* ou *cativos*. O mesmo autor diz ainda que também se empregavam «nomes que eram derivados da nacionalidade ou do aspecto físico» do escravo, como, por exemplo, *mouro*, *negro*, *guinéu* (escravo da Guiné).

(1) — Vide: Aut e ob. cit.

Outro autor, entre muitos que se ocuparam do assunto é o Cardeal Saraiva: Vide: *Obras completas*, Tomo V, pág. 323.

(2) — Vol X, pág 66.

(3) — Ob. cit. Vol. II, Cap II.

(4) — Vide: *Arquivo Histórico Português*, Vol. I, pág. 289.

O vocábulo latino *servus* está relacionado com o vocábulo grego (homérico) *Εἰρῆπος* (que significa cativo) e com o verbo *Εἶρω* (que significa ligar, acorrentar), ao qual o termo latino «sero» se liga (1).

Segundo Alexandre Herculano (2), «entre os romanos *mancipium* era sinónimo de *servus*, mas a origem do vocábulo era diversa: *servus* de *servire*, *mancipium* de *manu captum* do homem apreendido, do prisioneiro reduzido à escravidão» e que entre os godos a palavra «sem se deixar de tomar às vezes a significação lata de servo, significava de ordinário o servo infimo, o escravo, o individuo reduzido à última degradação; significava antes uma situação de aviltamento do que uma condição originária... muitas vezes, por flutuação de linguagem, a palavra *mancipium* era tomada no sentido de servo».

É muito difícil estabelecer, concreta e concisamente, a diferença entre estes dois vocábulos.

Se em Roma pode-se falar com certeza em duas categorias de «escravos», aqueles que eram os servidores de família e nela se achavam integrados, sendo assim servos por condição natural, e os que eram reduzidos à escravidão devido às vicissitudes da guerra, possuindo uma situação menos privilegiada que os primeiros, já na Idade Média a distinção não pode fazer-se com tanta clareza devido às semelhanças que se verificavam entre *adscrito* e *escravo*.

Gama Barros (3) reconhece esta dificuldade, dizendo que ela provém do facto destas duas situações terem coexistido paralelamente por muito tempo, o que levava a designá-las por expressões iguais.

Mas, caso curioso, nenhum destes dois termos estava destinado a permanecer. No dealbar da era das grandes viagens marítimas foram por completo absorvidos por um novo vocábulo, o vocábulo *escravo*, que deriva directamente de *slavo*, nome por que se designavam os naturais da Esclavónia. Assim, *slavo* (*eslavo*, *esclavo*) era, a princípio, um nome nacional e ainda hoje este termo designa os habitantes de certos países do Oriente da Europa.

No começo do século x os esclavónios, mais tarde designados por húngaros, que viviam na planície central do Danúbio, começaram a atacar o império germânico, que nesta altura era governado pelo último dos carolíngios, Luis, o Menino. Mais tarde, a sua presença tornou-se tão ameaçadora que o rei Conrado morreu ao combatê-los. Apesar de terem sido derrotados pelo sucessor de Conrado, Henrique II, da Saxónia, os esclavónios continuaram a representar

(1) — Vide: *Encyclopaedia Britannica*, Vol. XX, pág. 773, nota.

(2) — Vide: *Opúsculos*, III, págs. 269 e 270.

(3) — Vide: ob. cit., Vol. II, Cap. II.

uma ameaça de respeito para as fronteiras do Império, até que Otão, o Grande, marchou contra eles com um grande exército e os derrotou, matando-lhes milhares de homens e fazendo muitos outros prisioneiros. Estes foram reduzidos à escravidão e daí para o futuro, em todo o Império, a designação de *slavo* ficou ligada à condição daqueles que pela força das armas tinham ficado cativos dos vencedores. *Slavo* deu, depois, *escravo* e *escravatura* e foram exactamente estas duas palavras que vingaram por toda a Europa, devido a um fenómeno curioso que talvez só se possa explicar se tivermos em conta a grande importância que representou para o Ocidente a submissão dos húngaros.

Nessa altura as regiões do Poente estavam a braços com as invasões dos normandos e dos árabes e teria sido altamente catastrófica uma vitória dos húngaros.

Segundo Pedro de Azevedo (4) o termo *escravo* «propagou-se a todos os países até mesmo naqueles que não tinham entrado no conflito. O veículo da transmissão foi muito provavelmente o comércio, porquanto o escravo, na qualidade de mercadoria, era transportado de umas nações para outras».

Tendo aparecido no século x, em plena Europa Central, o termo *escravo* espalhou-se em seguida por todos os países do Ocidente, suplantando os vocábulos até então empregados.

Em Portugal, segundo o mesmo Pedro de Azevedo, o termo *escravo* teria começado a ser empregado no começo das descobertas, pois conforme já vimos, o primeiro documento em que se faz menção a ele e de que se tem conhecimento é datado de 1462, já em pleno reinado de D. Afonso v.

M. Heleno (5) diz que se passou a empregar a palavra *escravo* devido à necessidade da introdução de uma nova palavra capaz de designar cabalmente a servidão pessoal, dado o facto de a servidão da gleba ter evoluído bastante. Acrescenta este mesmo autor que «a palavra entre nós só tem aparecido em documentos posteriores a 1462», talvez porque a designação «mouro» era a preferida.

O documento a que se refere Pedro de Azevedo foi transcrito por Sousa Viterbo (6). Trata-se de uma autorização concedida por D. Afonso v a Diogo Villarinho, pela qual este e os seus parceiros podiam vender livremente em Castela os negros cativos que trouxessem de Cabo Verde, sem pagar quaisquer direitos à Coroa. Esta mercê estendia-se também às pessoas que comprassem negros a Diogo Villarinho e seus sócios.

(4) — Ob. cit.

(5) — Ob. cit.

(6) — Vide: *Trabalhos Náuticos dos Portugueses nos scc. XVI e XVII* parte I, págs. 300 e 301.

A parte do documento que interessa para o assunto que vimos focando é a seguinte:

«Dom Affonso... A quantos esta carta virem fazemos saber que D.º Villariaho... morador em Lagos nos enviou dizer que elle e outros parceiros enviaram ora per nossa licença hãa caravela pera os nossos trantos dos negros que son des o Cabo Verde pera alem, pedindo nos que lhe dessemos lugar que aqueles *escravos* .. elles per si ou per quem quer que lhos compra possã liuremte passar e levar destes nossos Regnos pera os de Castela . sem nos pagarem nos portos nenhũa saca nem passagem... Dada na Cidade do Porto, xij dias de Julho... .. ano de Noso Senhor Ihu X.º de mill e iijelxij».

Dai para a frente o uso da palavra torna-se frequente nos nossos documentos, embora as outras (*judeus, mouros e servos*) não tivessem desaparecido por completo.

3. — Teorias àcerca da origem da escravatura.

A partir da época em que o homem se sedentarizou, fixando-se à terra e dedicando-se à agricultura como actividade primordial, appareco-nos a escravidão constituindo uma das instituições básicas de toda a vida económica.

Segundo Nieboer (2), a humanidade, na sua evolução económica, passou por cinco fases distintas:

- a) Caçadores e pescadores;
- b) Nomadismo pastoral;
- c) Agrícola embrionário;
- d) Agrícola desenvolvido;
- e) Agrícola aperfeiçoado.

Este mesmo autor apresenta como factor dominante do aparecimento da escravatura o aspecto económico. Para ele (2) «a existência ou não existência da escravatura depende da maneira como a tribo obtém as suas subsistências».

Os povos que se dedicavam exclusivamente à caça, à pesca e ao pastoreio não tiveram necessidade de recorrer à escravatura, pois esta, dadas as condições económicas em que viviam, só lhes podia tornar a vida mais difícil, em vez de a facilitar. Esses povos eram, essencialmente, *recolectores*, limitando-se a colher os frutos que a Natureza fazia crescer livremente e a caçar ou a pescar os animais com que se encontravam nas suas deambulações em busca de alimento.

(1) — Vide: *Slavery as an Industrial System*, pág. 173.

(2) — Idem, id. pág. 171.

Por mais rica que fosse uma região, ela não podia fornecer aos agrupamentos humanos os meios de subsistência indispensáveis para um período longo de permanência. Daí a razão porque as tribus primitivas eram obrigadas a recorrer a migrações periódicas em demanda de territórios onde o potencial alimentar se mantinha ainda virgem. Como salienta M. Lenggellé (1), este tipo de economia é de *character destrutivo* e não produtivo. Por isso, uma tribo primitiva que vivia da recolha de alimentos, tinha toda a vantagem em não ser numerosa, o que levava os seus a liquidarem todos os prisioneiros resultantes das guerras com outras tribus diferentes. Todo esse condicionalismo foi uma barreira intransponível que se ergueu ao aparecimento da escravatura entre as sociedades primitivas e quasi podemos afirmar que a ideia de reduzir os inimigos à escravidão nunca foi encarada por essas sociedades, de tal maneira ela se apresentava desnecessária e obsoleta. A base da antropofagia, cuja existência nas sociedades primitivas muitos autores defendem, deve residir exactamente no problema que se punha quanto ao destino a dar aos cativos: os vencedores procurariam tirar o maior proveito possível da posse dos vencidos, o que os levaria a utilizá-los na sua alimentação (M. Lenggellé).

Se nos reportarmos às fases da evolução da humanidade apresentadas por Nieboer, atrás citadas, podemos colocar o aparecimento da escravatura só na alínea *d*, isto é, tal instituição só se tornou necessária depois de o homem ter abandonado o *período de selvajaria* para entrar no de *barbárie*. Este período corresponde ao chamado *neolítico*, que se caracteriza por uma transformação completa na maneira como até aí vivia a humanidade.

Anteriormente, durante o período de selvajaria, que corresponde ao *paleolítico*, pode dizer-se que o homem não conheceu a agricultura, limitando-se, como já vimos, a servir-se dos alimentos que a Natureza espontaneamente lhe fornecia. Agora, no neolítico, entre várias outras conquistas, o homem descobre a arte de cultivar a terra e aprende a domesticar certos animais. Em breve os aglomerados populacionais cresceram consideravelmente, porque a partir desse momento, a economia passa a ser *produtora*, permitindo que a terra produza de uma maneira contínua e intensa o alimento necessário. A princípio, como é natural, a agricultura começada a praticar pelo homem neolítico foi bastante rudimentar, mas depois evoluiu consideravelmente, como está bem documentado nas fases apontados por Nieboer, até chegar a um estágio de aperfeiçoamento notório.

(1) — Ob cit. pág. 61.

Este último estágio coincide com o aparecimento daquilo a que se costuma designar por *civilização*, em oposição à *barbárie* e à *selvajaria*: é a fase em que o desenvolvimento técnico e económico permite já o aparecimento das cidades, como fulcro de toda a vida social.

Descoberta a agricultura, o homem vê-se forçado a ligar-se à terra e a dar-lhe o seu melhor esforço, para dela poder extrair o pão cotidiano. Anteriormente, tinha uma vida mais perigosa é certo, mas mais livre e menos rotineira. Agora, desde o nascer ao pôr do Sol tem de trabalhar arduamente os campos, porque as culturas exigem uma aplicação constante. Os braços para trabalhar a terra escasseiam, pois nesses primeiros tempos há um excesso de terrenos cultiváveis e, por outro lado, a tarefa apresenta-se fatigante e desgastadora. É nessa altura que surge, como corolário lógico da situação, a ideia de aproveitar os prisioneiros de guerra para os trabalhos agrícolas e, assim, nasce a escravatura.

Foi, portanto, a necessidade cada vez mais premente de braços para o cultivo da terra que fez com que o homem passasse a utilizar, como base do trabalho agrário, os seus inimigos vencidos, em vez de os matar, como fazia anteriormente. À medida que as sociedades humanas foram evoluindo e que se entrou decisivamente na fase da Civilização, as necessidades da vida diária foram-se tornando cada vez maiores, o que deu lugar ao aparecimento de uma série de actividades indispensáveis, que, para maior eficiência, deviam ser desempenhadas por determinados grupos de indivíduos. Entre essas actividades, algumas são penosas e outras repugnantes. Por isso, o homem livre não tardou em se aperceber que seria muito mais prático entregar esses trabalhos aos escravos: a exploração do homem pelo homem tinha ganho raízes e cedo se transforma numa instituição legal, com os seus teorizadores e defensores.

A necessidade de braços para cultivar a terra aparece-nos, assim, como a causa mais longínqua da escravatura e a guerra como a sua principal fonte.

Os escravos, mais tarde, passaram a ser utilizados em toda a espécie de trabalhos, mas foi exactamente o cultivo da terra que continuou a absorver maior número. Nas épocas modernas as grandes plantações de cana do açúcar, algodão e tabaco das três Américas mantiveram-se prósperas graças ao trabalho escravo. Outro sector da vida económica que exigiu grande quantidade de mão de obra servil foi a indústria: é o caso dos famosos engenhos de açúcar do Brasil.

Na Antiguidade a guerra foi sempre a principal fonte da escravatura. No entanto, um indivíduo livre podia passar à condição de escravo segundo outros processos: por ter sido capturado e depois vendido por piratas, por dívidas, como castigo aplicado pela justiça, etc. Além disso a condição de escravo era transmi-

tida hereditariamente, isto é, o filho de escravo, salvo raras excepções, era sempre escravo.

Com o início do tráfico dos negros no século xv, a grande fonte da escravatura localizou-se no Continente Africano e a raça negra passou a ser a que maior contribuição deu para o florescimento da instituição. Se nos reportarmos apenas ao Ocidente, vemos que o número de escravos índios e mouros era insignificante em comparação com a grande quantidade de negros. Nessa altura já não era propriamente a guerra a principal fornecedora de mão de obra humana. É certo que a maior parte dos escravos obtidos pelos negreiros na costa de África provinha das lutas travadas entre os potentados das regiões próximas, mas vamos notar que o «resgate» substituirá a captura directa dos escravos. Azurara, levou grande parte da sua «Crónica da Guiné» a descrever a forma como os primeiros navegadores do Infante que passaram para lá do Bojador «filharam» algumas centenas de «mouros» depois de escaramuças travadas com eles, mas quando o tráfico se intensificou, passando a ser feito com características comerciais e financeiras absolutamente rigorosas, os negreiros na maior parte dos casos não eram mais do que intermediários entre os «vendedores» africanos e os «compradores» americanos.

O Professor Manuel Heleno (1) apresenta três doutrinas que procuram explicar a origem da escravidão:

- a) consequência da desigualdade humana (segundo Aristóteles);
- b) consequência da guerra (segundo os juristas romanos);
- c) consequência de imperativos económicos (teoria de Lória).

Depois de repudiar as duas primeiras, vai recair na teoria que na verdade é aquela que mais claramente se apresenta como válida.

A doutrina de Aristóteles (2) hoje em dia não pode ser aceite, embora tenhamos de reconhecer que ela teve uma influência não pequena. Podemos dizer que o ponto de vista de Aristóteles constituiu uma das bases em que se apoiou a escravatura antiga e mesmo nos tempos modernos muitos dos utilizadores de escravos terão pensado que os negros nasceram para ser escravos. De facto, se não fossem os negros trazidos de África como seria possível fazer com que os engenhos produzissem o açúcar e as plantações o tabaco e o algodão?

(1) — Ob. cit.

(2) — «Há na espécie humana indivíduos tão inferiores aos outros quanto o corpo o é em relação à alma ou o animal em relação ao homem; são os homens entre os quais o emprego da força corporal é o melhor partido que se pode tirar . . . estes indivíduos são destinados pela natureza à escravatura, porque nada há de melhor para eles do que obedecer. Aquele que é escravo não se serve da razão senão para experimentar um sentimento vago» — *Política*, L. I, Cap. II, § 13

A medida que vão aparecendo novos produtos eles passam a ter um lugar preponderante na vida do homem civilizado, tornando-se absolutamente indispensáveis. A febre do açúcar que se apossou do Ocidente a partir do século XVI (inclusive era empregado como tempero) bem nos prova o que acabamos de afirmar. E, assim, é natural que nos três séculos áureos da escravidão negra se tivesse pensado como Aristóteles: para que uma determinada elite possa dedicar-se às altas tarefas do espírito sem que faltem os produtos indispensáveis à sua vida é necessário que existam homens destinados aos trabalhos rudes, sem os quais a obtenção de tais produtos não seria possível.

Por outro lado bem cedo certas raças privilegiadas tiveram a noção clara da sua superioridade sobre outras raças, que elas consideravam inferiores. Os gregos e os romanos consideravam «bárbaros» os povos com que eles estavam em contacto e que não falavam a sua língua, nem tinham os seus costumes. Durante muito tempo os etnógrafos defenderam o ponto de vista da «diversidade originária das raças humanas» (1), segundo o qual os diferentes tipos humanos não podiam ter uma origem comum dados os caracteres dispares que apresentam. Os defensores desta teoria (poligenistas) eram, evidentemente, partidários da escravidão, pois para eles existiam «raças inferiores» derivadas de troncos bem localizados e que se destinavam a servir as «raças superiores».

Segundo o Professor Mendes Correia (2), «ao iniciarem-se nos séculos XV e XVI as descobertas de raças até então desconhecidas e manifestamente diversas no ponto de vista físico e cultural das raças antes conhecidas e sobretudo com o desenvolvimento do tráfico de escravos nos séculos seguintes, raras eram as vezes que se manifestavam no sentido de uma medida natural de todos os grupos humanos».

Inclusive, até se levantou o problema de se poder ou não considerar os índios da América como pertencentes à família humana. O mesmo autor diz que os navegadores ao aportarem às terras longínquas consideravam os povos descobertos como *matéria plástica*, que não podia ter outro fim que não fosse a redução à escravidão e que «difícilmente, na sua maior parte reconheceriam parentesco seu, mesmo remoto, com essas gentes estranhas e remotas. E o senhor branco raro se disporia a reconhecer o escravo negro como pertencente à sua estirpe privilegiada.

Na verdade, não podemos negar que a adopção do ponto de vista da desigualdade de condição humana, aliada à consciência (errada ou não) duma su-

(1) -- Vide: Mendes Correia — *Antigos Escravos Africanos em Portugal*.
A. F. Nogueira — *A Raça Negra*, pág. 15.

(2) Ob cit

perioridade de determinadas raças sobre as outras, contribuiu bastante para a permanência da escravidão como instituição legal.

Mais tarde, quando as doutrinas poligenistas começaram a ser postas de parte em benefício das doutrinas monogenistas (que reconhecem a unidade das raças humanas, por derivarem todas de um tronco comum), multiplicaram-se os anti-esclavagistas desejosos de pôr termo a uma instituição que ia contra todas as leis naturais.

Muitos autores apresentam a escravidão como originada pela guerra. Mas este ponto de vista não é absolutamente correcto, pois julgamos que a guerra é antes só uma das fontes de escravidão, aquela que durante bastante tempo desempenhou talvez o papel mais importante. Na Antiguidade ela foi a principal fornecedora de braços humanos: entre os egípcios, por exemplo, a quasi totalidade dos escravos era constituída pelos prisioneiros de guerra, de tal maneira que a massa dos cativos diminuiu consideravelmente durante os reinados dos faraós que não se dedicaram às grandes campanhas militares fóra do país. Mas se relativamente à escravidão antiga a guerra teve um papel primordial, o mesmo já não acontece em relação aos tempos modernos. Agora vem mais ao de cima o factor económico que aliás desde a Pré-história vinha estando na base de todo o trabalho não livre.

No que diz respeito à escravidão, os pontos de vista dos defensores do chamado *materialismo histórico* aparecem como absolutamente válidos. De facto, a evolução económica e técnica da humanidade explica de forma cabal todas as vicissitudes por que passou a escravidão.

Segundo Lefebvre Desnoettes, o quasi eclipse que sofreu a escravidão no fim da Idade Média foi devido a determinadas descobertas técnicas que «transformaram as condições de vida económica».

Essas descobertas permitiram ao homem «captar melhor as forças do animal e do vento» e daqui resultou o desaparecimento do trabalho escravo.

Mas a partir do Renascimento, em particular com as grandes descobertas de novos mundos, os campos de actividade humana sofreram um aumento tão grande que momentaneamente o progresso técnico mostrou-se incapaz de acompanhar as novas perspectivas geográficas e económicas que se ofereciam ao homem. Com o recrudescimento das necessidades (pois que, sob todos os aspectos, o progresso aumenta as necessidades), não se apresentou outra solução que não fosse o regresso à escravidão. E esta reapareceu então em larga escala, pois largos eram agora os horizontes humanos e largas as suas necessidades.

Segundo os pontos de vista dos materialistas históricos, somos levados à conclusão de que a divisão da humanidade em escravos e senhores não resulta de condições próprias da natureza humana, mas sim de correntes históricas que desaparecem logo que as novas conquistas do homem lhe permitem libertar-se delas.

Assim, a doutrina de Aristóteles, não obstante todos os factos que podem contribuir para a tornar válida, é sobrelevada por algo mais forte, mais imperativo e mais permanente.

A escravatura tem indiscutivelmente como base primordial o factor económico. Para além de todas as outras doutrinas que se podem apresentar como explicativas da sua origem, a *teoria económica* é a de maior importância.

Desde cedo a escravatura começou a ser condenada e sob este aspecto foi notável a acção da Igreja: reconheceu-se que ela era contrária à Natureza e que não se coadunava com os direitos humanos e com os princípios cristãos, mas as sociedades continuaram a adoptá-la porque, dadas as condições de vida das épocas em que vigorou, ela tornara-se absolutamente indispensável. Mas a verdade é que, em determinada época, devido à acção de fortes pressões internas e externas a escravatura foi abolida.

Podemos apresentar dois pontos de vista tendentes a explicar esta atitude:

a) Acção humanitária da Igreja, que desde os tempos mais remotos da cristandade vinha desenvolvendo uma campanha favorável aos escravos; as ideias filosóficas e literárias derivadas directamente da Revolução Francesa;

b) Modificação das estruturas económicas, o que contribuiu para que a exploração da mão de obra cativa se tornasse embaraçosa e desnecessária.

Todos estes factores, actuando em conjunto, tiveram uma influência decisiva na abolição da escravatura. Mas o papel desempenhado pela modificação das estruturas económicas pesou muito mais do que a piedade e do que as teorias relativas à igualdade humana.

Nos séculos XVIII e XIX verificou-se aquilo a que os compêndios de História costumam dar a designação de Revolução Industrial. Graças aos sucessivos progressos técnicos, o homem viu-se na posse de um elemento que viria constituir para transformar completamente todos os sistemas económico sociais anteriores: a máquina.

Com o seu advento verificou-se o desenvolvimento crescente da indústria, da produção em série, a modificação das formas de comércio, etc. e podemos dizer que a máquina veio contribuir para a libertação da mão de obra, pois a partir de então a escravatura deixou não só de ser útil como também passou a ser perturbadora. A tendência para substituir o trabalho escravo pelo trabalho assalariado acentua-se de dia para dia, até que aquele é completamente posto de parte em benefício deste.

Não foi a abolição da escravatura que provocou o advento do trabalho assalariado: o desaparecimento do trabalho servil apenas veio contribuir para que o trabalho remunerado pudesse alcançar um desenvolvimento que até então não conhecera. Estas duas modalidades de trabalho durante muito tempo coexistiram paralelamente, pois os imperativos económicos permitiam essa coexistência. Verificou-se que se tornava necessária uma transformação social, mas para que tal sucedesse era preciso modificar as estruturas económicas. E como é muito mais fácil modificar ou acomodar uma estrutura social do que uma estrutura económica, aquela durante muito tempo teve de ceder às exigências desta.

(Continua).

JOSÉ AUGUSTO MONTEIRO PINTO